

Manual do Acionista

Assembleia Geral Ordinária 2018



IGUATEMI

Empresa de Shopping Centers SA

19 de abril de 2018



Índice

Mensagem da Administração.....	3
Convite para a Assembleia.....	6
Esclarecimentos sobre matérias a serem deliberadas.....	7
Procedimentos e prazos.....	11
Anexos.....	14
1) Item 1 da Proposta da Administração – Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das contas da diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.....	14
2) Item 2 da Proposta da Administração – Destinação do lucro líquido do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.....	45
3) Item 3 da Proposta da Administração – Definição do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia.....	50
4) Item 4 da Proposta da Administração – Eleição dos membros do Conselho de Administração.....	51
5) Item 5 da Proposta da Administração – Aprovação da remuneração global dos Administradores.....	60
6) Modelo de Boletim de Voto a Distância.....	91

Mensagem da Administração

Diretor Presidente

Prezado Acionista,

O ano de 2017, assim como o ano de 2016, apresentou grandes desafios. Com a economia ainda retraída, elevadas taxas de juros e diversas incertezas políticas, a disposição do consumidor em comprar e do setor varejista em investir se mostrou tímida, apesar dos sinais iniciais de recuperação. Assim, mantivemos a concentração de nossos esforços (i) no aprimoramento de nossos processos internos; (ii) no fortalecimento da nossa estrutura de capital; (iii) na busca de um mix ainda mais robusto e atualizado para os shoppings do portfólio; (iv) no reforço de nossos relacionamentos com os varejistas; e (v) na melhoria constante da experiência do consumidor.



Destacamos que, durante esses últimos anos, a estratégia de ter os melhores ativos nas melhores localizações nos garantiu uma vantagem única, especialmente com o aumento da procura dos varejistas por melhores localizações (“*flight to quality*”) onde consigam estabelecer suas *flagships* (lojas conceito) e, assim, criar uma maior proximidade aos consumidores por meio de uma experiência de consumo diferenciada. Como consequência, tivemos grande sucesso na atualização do mix de diversos empreendimentos e temos certeza que continuaremos bem posicionados para as mudanças estruturais que estão por vir no setor varejista.

Mensagem da Administração

Diretor Presidente (continuação)

Com os descontos em níveis ainda elevados e a ocupação abaixo dos níveis históricos, atingimos uma Receita Líquida de R\$ 692,2 milhões, 3,6% acima de 2016 e dentro do *guidance* fornecido para o ano. Como resultado da nossa diligencia com custos e despesas e da bem-sucedida atualização do mix, atingimos um EBITDA de R\$ 540,6 milhões e uma margem de 78,1%, acima do *guidance*.

A Iguatemi tem um importante *track record* de prometer e entregar seus *guidances* de resultado. Desde 2008 nos comprometemos com *guidances* de curto prazo e fomos consistentes no atingimento destes resultados, ano após ano. A entrega de mais um *guidance*, especialmente em um ano com um cenário macroeconômico e político desafiador, reforça nosso foco em resultados e demonstra a capacidade de planejamento e execução da Iguatemi.

Atenciosamente,

Carlos Jereissati
Diretor Presidente

Mensagem da Administração

Diretora Financeira

Prezado Acionista,

Este Manual foi desenvolvido com o intuito de orientar os acionistas sobre os procedimentos para a participação na Assembleia Geral Ordinária, bem como fornecer detalhes sobre os temas a serem deliberados. Aqui você encontrará informações de data, horário, local e matérias a serem apreciadas, bem como uma relação de anexos com maiores detalhes, nos termos das exigências da “Instrução 481” da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).



O Edital de Convocação será publicado a partir do dia 20 de março de 2018 nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico”, bem como nos websites <http://ri.iguatemi.com.br> e www.cvm.gov.br.

Estão à disposição nos websites citados acima, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, documentos estes publicados nos jornais acima citados em 2 de março de 2018. Disponibilizamos o e-mail ri@iguatemi.com.br para acesso a área de Relações com Investidores, que está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação a Assembleia.

Atenciosamente,

Cristina Betts

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Convite para a Assembleia

DATA: 19 de abril de 2018

HORÁRIO: 10h00

LOCAL: Sede da Companhia

Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar

Jardim Paulistano – CEP: 01455-070

São Paulo / SP – Brasil

MATÉRIAS:

- 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das contas da diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- 2) Destinação do lucro líquido do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- 3) Definição do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia;
- 4) Eleição dos membros do Conselho de Administração;
- 5) Aprovação da remuneração global dos Administradores.

Esclarecimentos sobre Matérias a serem deliberadas

Nesta seção encontram-se os esclarecimentos e recomendações da Administradora da Companhia acerca de cada um dos itens da ordem do dia que devem ser deliberados na Assembleia Geral Ordinária.

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das contas da diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

A Administração da Companhia recomenda a aprovação das contas dos administradores, conforme informações contidas no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras, no Parecer do Conselho Fiscal e no Relatório dos Auditores Independentes.

Para maiores informações, por favor, vide item 1 da Proposta de Administração.

Esclarecimentos sobre Matérias a serem deliberadas

(continuação)

2. Destinação do lucro líquido do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

A Administração da Companhia recomenda a seguinte destinação para o lucro líquido do Exercício social encerrado em 31/12/2017, no valor de R\$ 215.726.026,52:

- (i) constituição da reserva legal no valor de R\$ 10.786.301,19;
- (ii) R\$ 120.000.000,00 para distribuição a título de dividendos, sendo R\$ 0,67945715 por ação⁽¹⁾, a serem pagos da seguinte forma: (a) 50% no dia 18 de maio de 2018; e (b) 50% no dia 18 de setembro de 2018;
- (iii) reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 84.939.725,19.

Para maiores informações, por favor, vide item 2 da Proposta de Administração.

(1) Trata-se do cálculo básico de provento por ação, o qual é feito por meio da divisão do provento do período, atribuído aos detentores de ações da controladora, pela quantidade de ações emitidas pela Companhia. O valor por ação dos dividendos poderá sofrer alteração dependendo do número de ações em tesouraria na data da declaração de pagamento dos dividendos (19 de abril de 2018).

Esclarecimentos sobre Matérias a serem deliberadas

(continuação)

3. Definição do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia

A Companhia propõe que seu Conselho de Administração seja composto por 6 (seis) membros, com base nos limites previstos no Estatuto Social da Companhia.

Para maiores informações, por favor, vide item 3 da Proposta de Administração.

Esclarecimentos sobre Matérias a serem deliberadas (continuação)

4. Eleição dos membros do Conselho de Administração

A Administração da Companhia propõe a eleição dos seguintes membros:

Nome	Cargo a ser ocupado
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	Presidente do Conselho de Administração
Carlos Jereissati	Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente
Pedro Jereissati	Conselho de Administração (Efetivo)
Sidnei Nunes	Conselho de Administração (Efetivo)
José Castro Araujo Rudge	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
Pedro Santos Ripper	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)

Para maiores informações, por favor, vide item 4 da Proposta de Administração.

Esclarecimentos sobre Matérias a serem deliberadas

(continuação)

5. Aprovação da Remuneração Global dos Administradores

A Administração da Companhia propõe a aprovação da proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração de R\$ 1.248.480,00 e da Diretoria Estatutária de R\$ 22.864.461,94 para o exercício social corrente.

Para maiores informações, por favor, vide item 5 da Proposta de Administração.

Procedimentos e Prazos

A participação dos acionistas na Assembleia Geral é de suma importância. Neste sentido, vale informar que historicamente as Assembleias Gerais da Companhia tem sido instaladas em primeira convocação e que para tanto é necessária a presença de acionistas representando 25% do capital social. Caso tal quórum não seja atingido, a Companhia publicará um novo Edital de Convocação anunciando nova data para a realização da Assembleia, que poderá ocorrer, então, com qualquer número de presentes.

Como condição para participação na AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas:

- documento de identidade com foto do acionista;

(b) para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

(c) para Fundos de Investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

Representação por procuração

Caso preferam indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser entregues na sede da Companhia dentro dos prazos e na forma definida neste documento.

Os originais ou cópias dos documentos acima citados deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da AGO, agendada para **às 10h00 do dia 19 de abril de 2018**. Para facilitar sua participação, a Companhia receberá cópia simples dos documentos acima referidos até 72 (setenta e duas) horas antes do início da AGO, por fax, e-mail ou correspondência para o endereço abaixo:

A/C Carina Carreira ou Tarsila Durão

Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar

Jardim Paulistano – CEP: 01455-070 – São Paulo / SP – Brasil

A apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente.

Procedimentos e Prazos

(continuação)

Voto a distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância diretamente à Companhia, deve encaminhar os seguintes documentos para o endereço acima:

- (i) via física do boletim de voto disponibilizado nos websites <http://ri.iguatemi.com.br> e www.cvm.gov.br devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos: (a) pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (b) pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e documentos societários que comprovem a representação legal, e documento de identidade com foto do representante legal; e (c) Fundos de Investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade (com foto): RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas do boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@iguatemi.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos até o dia 13/04/2018, para o endereço acima mencionado. Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481. Caso o boletim de voto seja encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios indicados acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado acima. O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia até 13/04/2018 (inclusive). Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

Qualquer dúvida, favor contatar:

Roberta Noronha, Diretora de Relações com Investidores
Telefone: +55 11 3137-6882, rbnoronha@iguatemi.com.br
ou

Carina Carreira, Coordenadora de Relações com Investidores
Telefone: +55 11 3137-6872, ccarreira@iguatemi.com.br

Procedimentos e Prazos

Modelo de procuração

[ACIONISTA] [PREENCHER COM QUALIFICAÇÃO COMPLETA], nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. **[PREENCHER COM QUALIFICAÇÃO COMPLETA DOS OUTORGADOS]**, aos quais confere amplos poderes para o fim único e específico de representar o Outorgante, na Assembleia Geral Ordinária da IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A, que será realizada em primeira convocação no dia 19 de abril de 2018, às 9 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angelina Maffei Vita, 200, 9º andar, podendo para o fiel desempenho deste mandato, votar e ser votado, apresentar propostas, ressalvas, indicações, impugnações, e todos os demais poderes inerentes ao fiel desempenho das atribuições retro mencionadas.

[Cidade], [dia] de [mês] de 2018

[OUTORGANTE]

ANEXO 1 – Item 1 da Proposta da Administração – Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das contas da diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (Item 10 do Formulário de Referência)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores apresentados nesta Seção 10 estão em milhares de reais, salvo indicação em contrário.

a) Condições financeiras e patrimoniais em geral

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, a Diretoria informa que, em 31 de dezembro de 2017, a posição de caixa da Companhia era de R\$ 489.416 mil e os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 2.092.436 mil, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$ 1.603.020 mil. Em 31 de dezembro de 2016, a posição de caixa era de R\$ 556.916 mil e os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 2.240.046 mil, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$ 1.683.130 mil. Em 31 de dezembro de 2015, a posição de caixa era de R\$ 392.936 mil e os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 2.083.200 mil, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$ 1.690.264 mil.

O índice de endividamento geral da Companhia, medido pela soma do Passivo Circulante com o Passivo não circulante dividido pelo Patrimônio Líquido, mostrado pela participação do capital de terceiros sobre o total do passivo da Companhia, foi de 80,4% em 31 de dezembro de 2017, 87,9% em 31 de dezembro de 2016 e 89,9% em 31 de dezembro de 2015.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes e não circulantes sobre a soma do passivo circulante e do não circulante, foi de 2,24 em 31 de dezembro de 2017, 2,14 em 31 de dezembro de 2016 e 2,11 em 31 de dezembro de 2015.

A receita bruta da Companhia em 2017 foi de R\$ 805.468 mil e o lucro líquido foi de R\$ 218.873 mil. Em 2016 a receita bruta foi de R\$ 769.170 mil e o lucro líquido foi de R\$ 164.195 mil. Em 2015 a receita bruta foi de R\$ 714.664 mil e lucro líquido foi de R\$ 193.657 mil.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Os Diretores da Companhia informam que os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 2.092.436 mil. Em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 2.240.046 mil e em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 2.083.200 mil.

A posição de caixa em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 489.416 mil, resultado em uma posição de dívida líquida de R\$ 1.603.020 mil. A Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 1.683.130 mil e R\$ 1.690.264 mil, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. Os Diretores da Companhia atestam que a posição de dívida líquida é decorrente de desembolsos com *greenfields*, expansões e aquisições de participações.

O patrimônio líquido da Companhia encerrou 2017 com R\$ 2.806.635 mil, representando um crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período de 2016. Em 2016 o patrimônio líquido era de R\$ 2.741.538 mil, um

crescimento de 4,1% em relação ao mesmo período de 2015. Em 2015, o patrimônio líquido era de R\$ 2.633.980 mil, um crescimento de 5,6% em relação ao mesmo período de 2014.

A estrutura de capital, no que diz respeito ao percentual de capital próprio e de capital de terceiros, era a seguinte: 55,44% capital próprio e 44,56% capital de terceiros em 31 de dezembro de 2017; 53,22% capital próprio e 46,78% capital de terceiros em 31 de dezembro de 2016; e 52,65% capital próprio e 47,35% capital de terceiros em 31 de dezembro de 2015.

Com relação à possibilidade de resgate de ações ou quotas, os Diretores da Companhia afirmam que não existe possibilidade para realização de tal evento referente aos últimos três Exercícios Sociais e ao Exercício corrente.

Os Diretores informam que avaliaram e que não há variações significativas nas receitas atribuíveis às taxas de câmbio e inflação dos últimos 3 Exercício Sociais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias, debêntures e financiamentos, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os Diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendam necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições da Companhia, os Diretores acreditam ter capacidade para contratá-los atualmente.

O endividamento da Companhia é composto pela sua dívida onerosa, formada pelas linhas do passivo de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e pelas debêntures de curto e longo prazo.

A Companhia vem obtendo fluxos de caixa positivos resultante do exercício de suas atividades operacionais, que atingiu os montantes de R\$ 341.992 mil, R\$ 358.602 mil e R\$ 325.895 mil nos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Este fato atesta nossa capacidade histórica de geração de recursos. Nesses períodos, os recursos detidos em caixa provenientes da geração operacional, adicionados aos recursos obtidos no mercado, conferiram à Companhia a capacidade de pagamento necessária para fazer frente aos seus investimentos. Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e financiamento da Companhia nos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão apresentados na tabela a seguir:

Demonstração do Fluxo de Caixa (R\$ mil)	2017	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais	341.992	358.602	325.895
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	341.992	358.602	325.895
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-163.143	-269.781	-289.528
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-163.143	-269.781	-289.528
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-312.785	-34.135	-145.203
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-312.785	-34.135	-145.203
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	-133.936	54.686	-108.836
No início do período	184.755	130.069	238.905
No fim do período	50.819	184.755	130.069

Em 31 de dezembro de 2017, o caixa da Iguatemi reduziu R\$ 133.936 mil em relação a dezembro de 2016. Dentre as principais variações destacamos:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 341.992 mil;
- Investimento de R\$ 163.143 mil, gastos principalmente com nossos projetos *greenfield* e aquisições de participações;
- Caixa das atividades de financiamento no valor de menos R\$ 312.785 mil.

Em 31 de dezembro de 2016, o caixa da Iguatemi aumentou R\$ 54.686 mil em relação a dezembro de 2015. Dentre as principais variações destacamos:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 358.602 mil;
- Investimento de R\$ 269.781 mil, gastos principalmente com nossos projetos de *greenfield*, expansões e aquisições de participações;
- Caixa das atividades de financiamento no valor de menos R\$ 34.135 mil.

Em 31 de dezembro de 2015, o caixa da Iguatemi diminuiu R\$ 108.836 mil em relação a dezembro de 2014. Dentre as principais variações destacamos:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 325.895 mil;
- Investimento de R\$ 289.528 mil, gastos principalmente com nossos projetos de *greenfield*, expansões e aquisições de participações;
- Caixa das atividades de financiamento no valor de menos R\$ 145.203 mil.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores destacam que as fontes de financiamento da Companhia são destinadas, atualmente, exclusivamente à aquisições, novos projetos *greenfields* e expansões, por meio da contratação de linhas crédito imobiliárias e debêntures e CRIs com os bancos comerciais.

Os Diretores esclarecem ainda, que a linha de crédito imobiliário, em sua maioria, é indexada à Taxa Referencial, acrescida de spread acordado entre o banco ofertante da linha de crédito e a Companhia e possui, em média, 10 anos para pagamento. O crédito imobiliário pode ser tomado para até 80% do CAPEX total do projeto. As debêntures e os CRIs, por sua vez, são atreladas ao CDI.

Os Diretores afirmam que para o financiamento do capital de giro a Companhia utiliza os fluxos de caixa gerados pelos Shoppings em operação e seu caixa atual, não existindo financiamento para capital de giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretendem utilizar como fonte de financiamento para investimentos, linhas de crédito imobiliário e outras linhas de financiamento como emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e debêntures com os bancos comerciais, desde que apresentem taxas atrativas que possam alavancar os projetos.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a linha de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 2.092.436 mil, R\$ 2.240.046 mil e R\$ 2.083.200 mil, respectivamente.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos, financiamentos, juros provisionados e outros encargos	670.225	443.888	488.034	1.455.893	1.434.797	1.110.209
	<u>670.225</u>	<u>443.888</u>	<u>488.034</u>	<u>1.455.893</u>	<u>1.434.797</u>	<u>1.110.209</u>
Circulante	9.682	37.710	58.335	29.072	134.499	151.320
Não circulante	660.543	406.178	429.699	1.426.821	1.300.298	958.889

Empréstimos e Financiamentos por Instituição (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
BNDES (a)	-	15.008	32.555	-	187.067	285.763
Banco Itaú Unibanco (b)	385.887	393.707	397.646	385.887	411.466	415.050
Banco Santander (c)	-	32.831	46.824	98.828	139.151	159.571
Banco Alfa (d)	29	1.541	10.041	29	1.541	10.041
Operação de securitização (e)	283.741	-	-	970.581	694.771	238.816
Instituições não financeiras	568	801	967	568	801	967
	<u>670.225</u>	<u>443.888</u>	<u>488.034</u>	<u>1.455.893</u>	<u>1.434.797</u>	<u>1.110.209</u>

Composição da Dívida por Indexador (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
TJLP	-	17.660	51.476	-	164.081	269.268
TR	235.251	272.162	282.384	235.251	289.921	299.788
IPCA	-	-	-	-	24.752	33.638
CDI	434.377	152.950	152.247	1.220.045	954.041	503.811
Pré-Fixado	29	315	960	29	1.201	2.737
IGP - DI	568	801	967	568	801	967
	<u>670.225</u>	<u>443.888</u>	<u>488.034</u>	<u>1.455.893</u>	<u>1.434.797</u>	<u>1.110.209</u>

Os Diretores da Companhia esclarecem que as únicas relações de longo prazo que a Companhia possui com as instituições financeiras são as referentes aos empréstimos e financiamentos listados abaixo. Descrição das principais características dos empréstimos e financiamentos:

(a) Os saldos foram integralmente liquidados no exercício de 2017. A descrição das principais características destes empréstimos e financiamentos, incluindo as garantias são as mesmas divulgadas na nota explicativa

nº 12 às demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

- (b) Em 10 de julho de 2013, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário (CCB) em favor do Banco Itaú BBA com o valor principal de R\$ 150.000, taxa de IPCA + 4% a.a. ("swapado" para 92,5% CDI), juros semestrais e amortização no 8º ano e custo total de captação no valor de R\$9.897. Com propósito específico de construção do Shopping Center Iguatemi Rio Preto. Como garantia a Companhia apresentou a fração ideal correspondente a 88% do Shopping de São Jose do Rio Preto. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$ 150.636 (R\$152.950 em 2016) na controladora e no consolidado.
- (c) Com o objetivo de expansão do Shopping Center Iguatemi Porto Alegre, a Companhia celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A. em 11 de julho de 2014, no valor de R\$ 78.000, com taxa TR + 9,50, sendo liberado na sua totalidade com custo total de captação no valor de R\$1.571. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 40% (quarenta por cento) do Shopping Campinas e sua futura expansão. amortização ocorrerá no prazo de 144 meses, através do Sistema de Amortização Constante - SAC. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 74.998 (R\$ 80.182 em 2016) na controladora e no consolidado.
- (d) Com o objetivo de expansão do Shopping Center Iguatemi Campinas, a Companhia celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A. em 11 de julho de 2014, no valor de R\$ 152.000, com taxa TR + 9,50, sendo liberado na sua totalidade. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 40% (quarenta por cento) do Shopping Campinas e sua futura expansão. A amortização ocorrerá no prazo de 144 meses, através do Sistema de Amortização Constante - SAC. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$ 160.254 (R\$ 159.149 em 2016) na controladora e no consolidado.
- (e) Em 31 de janeiro de 2013, a CSC 41 Participações Ltda., celebrou um financiamento com o Banco Santander, no valor de R\$ 115.000, para construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Como garantia, a companhia apresentou Futuras edificações com fração ideal de 65,716% das futuras unidades autônomas designadas como Shopping e Estacionamento. O financiamento tem taxa juros CDI+1% a.a. Até 30 de setembro de 2014 tinha sido liberado R\$ 109.250 e não haverá mais liberações referente a este contrato. A amortização ocorrerá no prazo de 114 meses, através do Sistema de Amortização - Tabela Price, iniciou-se em 26 de julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 98.828 (R\$ 106.321 em 2016) no consolidado.
- (f) Em 11 de abril de 2013, o Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas, contratou financiamento com o Banco Alfa, o repasse de Finame, no valor de R\$ 496, para aquisição de equipamentos (09 Estações automática de entrada, 09 Cancelas automática, 09 Estações automática de saída, 19 Cancelas automática, ao SCIC. O financiamento tem taxa de 3% a.a. A carência é de 12 meses após a assinatura com amortização de 48 meses. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 29 (R\$ 116 em 2016) na controladora e no consolidado.
- (g) Em 24 de setembro de 2015, a Companhia realizou uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$ 210.000 em nome da controlada Galleria Empreendimentos Imobiliarios Ltda., para capitalizar a Companhia. O Certificado de Recebíveis Imobiliários teve o fechamento de bookbuilding a taxa de CDI + 0,15% a.a. com carência de 48 meses e amortização em 72 meses a partir de outubro de 2019. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 100% (cem

por cento) do Shopping Galleria. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$204.238 (R\$ 203.986 em 2016) no consolidado.

- (h) Em 28 de dezembro de 2015, foi realizada uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$ 105.000 e liberado em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 35.000 e 04 de janeiro de 2016 o valor de R\$ 70.000 em nome da controlada CSC 142 Participações Ltda., para construção do futuro outlet na cidade de Tijucas em Santa Catarina. O Certificado de Recebíveis Imobiliários foi distribuído a taxa de CDI + 1,30% a.a. e amortização em 228 meses. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 50% do Shopping Iguatemi JK. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 102.965 (R\$ 104.160 em 2016) no consolidado.
- (i) Em 30 de junho de 2016, foi realizada uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$ 105.000 em nome da controlada CSC 41 Participações Ltda., para capitalizar a Companhia. O Certificado de Recebíveis Imobiliários foi distribuído a taxa de CDI + 1,30% a.a. e amortização em 228 meses. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 50% do Shopping Iguatemi JK. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 103.515 (R\$ 104.530 em 2016) no consolidado.
- (j) Em 12 de julho de 2016, foi realizada uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$ 275.000 em nome da controlada Ork Empreendimento Imobiliários SPE Ltda., para capitalizar a Companhia. O Certificado de Recebíveis Imobiliários foi distribuído a taxa de CDI - 0,10% a.a. e amortização em 84 meses. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 78% do Shopping Iguatemi Alphaville. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 276.122 (R\$ 282.094 em 2016) no consolidado.
- (k) Em 24 de julho de 2017, a Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração a emitir a quinta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, a ser vinculada à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"). A operação foi concluída em 18 de setembro de 2017, no valor total de R\$ 279.635 e custo de captação total de R\$7.600, com remuneração limitada a 96% da variação acumulada da taxa DI e amortização em 84 meses. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 50% do Shopping Galleria. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 283.741 na controladora e no consolidado.

DEBENTURES (R\$ mil)	Controladora e Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Debêntures 2ª emissão	-	-	172.881
Debêntures 3ª emissão	155.374	317.719	317.406
Debêntures 4ª emissão	481.169	487.530	482.704
	<u>636.543</u>	<u>805.249</u>	<u>972.991</u>
Circulante	169.828	191.095	213.830
Não circulante	466.715	614.154	759.161

Os recursos obtidos pela Companhia com as ofertas são utilizados para financiar: (a) a expansão das operações dos shopping centers nos quais a Companhia é titular de participação; (b) a aquisição de maior participação; (c) a aquisição de participação em shopping centers de terceiros já existentes e em redes de menor porte; (d)

a concepção, a incorporação e a administração de novos shopping centers; e (e) o refinanciamento de obrigações financeiras vincendas.

As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de "bookbuilding".

As debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

3a emissão

Em fevereiro de 2012, a Companhia realizou sua 3a emissão através de oferta pública, em série única, de 30.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de fevereiro de 2018 e com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$300.000 com custo total de emissão no valor de R\$1.997.

A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em fevereiro de 2012.

O prazo das debêntures é de seis anos, contados da data de emissão, com carência de cinco anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 1º de fevereiro de 2017 e 1º de fevereiro de 2018.

Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescidas exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,0% ao ano, pagos semestralmente a partir da data de emissão. O saldo dos juros provisionados no circulante, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.429 (R\$ 18.108 em 31 de dezembro de 2016).

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica "Debêntures", como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$55. Em 31 de janeiro de 2018 foi liquidado o saldo remanescente.

4a emissão

Em fevereiro de 2013, a Companhia realizou sua 4ª emissão através de oferta pública via Instrução CVM 400. Foram alocadas 40.000 (quarenta mil) Debêntures na 1a série e 5.000 (cinco mil) Debêntures na 2a série nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$ 10, vencimento final em 15 de fevereiro de 2020 para a 1a série e vencimento final em 15 de fevereiro de 2021 para a 2a série, perfazendo o valor total de R\$ 450.000 com custo total de emissão no valor de R\$4.465.

A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em dezembro de 2012.

O prazo de vencimento das Debêntures da 1a Série será de 7 (sete) anos, contados da data de emissão, com carência de seis anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 15 de fevereiro de 2019 e 15 de fevereiro de 2020. O prazo de vencimento das Debêntures da 2a Série será de 8 (oito) anos, contados da data de emissão, para amortização integral na data de vencimento.

As Debêntures da 1ª série não serão objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice. Sobre o saldo do valor nominal incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescidas exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,82% ao ano, pagos semestralmente a partir da data de emissão.

As Debêntures da 2ª série terão seu valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, atualizado a partir da data de emissão, pela variação do índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado pelo IBGE. Sobre o saldo do valor nominal das Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração correspondente ao percentual de 4,31% a.a. ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série") incidente sobre o valor Nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme caso a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis e pagos anualmente, conforme definido na Escritura de Emissão ("Remuneração das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, "Remuneração"), de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão.

O saldo dos juros provisionados em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 32.551 (não circulante - R\$ 17.459) e R\$ 39.550 (não circulante R\$15.592) em 31 de dezembro de 2016.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica "Debêntures", como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$1.382 (não circulante - R\$744).

O cronograma de amortização do valor principal, classificados no passivo não circulante é como segue:

Debentures - Cronograma (R\$ mil)	Controladora e Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
2017 3º emissão	-	-	150.000
2018 3º emissão	-	150.000	150.000
2019 4º emissão	200.000	200.000	200.000
2020 4º emissão	200.000	200.000	200.000
2021 4º emissão	50.000	50.000	50.000
2021 4º emissão Atualização monetária	17.459	15.592	11.569
	467.459	615.592	761.569
Custos de emissão a apropriar	(744)	(1.438)	(2.408)
	466.715	614.154	759.161

Cálculo da taxa interna de retorno (TIR):

Debêntures	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros projetada	TIR
3º emissão	14/02/2012	301.159	(1.997)	299.162	Utilizado a métrica da B3, sendo a curva a partir de 31/12/2016	11,88%
4º emissão	15/02/2013	403.497	(3.471)	400.026	Utilizado a métrica da B3, sendo a curva a partir de 31/12/2016	10,60%
4º emissão	15/02/2013	50.663	(434)	50.229	Utilizado a métrica da B3, sendo a curva a partir de 31/12/2016	9,10%

Os Diretores da Companhia esclarecem que o aumento no montante de empréstimos e financiamentos se deu em função da contratação e liberação de crédito imobiliário.

A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2017, além das captações em CDI, que representavam 85,4% do total de captação, a Companhia tinha 11,2% indexado à TR. O custo médio da dívida era de 103,2% do CDI e o prazo médio de 4,8 anos.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores da Companhia informam que o montante total da dívida de qualquer natureza, que conforme definido pelo Ofício Circular CVM/SEP/nº 01/2014 é o total do Passivo Circulante somado ao total do Passivo Não Circulante consolidado da Companhia, não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação legal decorrente das garantias reais prestadas pela Companhia aos seus credores financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia de R\$ 2.256.167 mil, R\$ 1.455.296 mil era objeto de garantia real, R\$ 597 mil era objeto de garantia fluante e R\$ 800.274 mil eram créditos quirografários da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia de R\$ 2.409.396 mil, R\$ 1.246.813 mil era objeto de garantia real, R\$ 187.984 mil era objeto de garantia fluante e R\$ 974.599 mil eram créditos quirografários da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia de R\$ 2.369.145 mil, R\$ 823.276 mil era objeto de garantia real, R\$ 286.934 mil era objeto de garantia fluante e R\$ 1.258.875 mil eram créditos quirografários da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Cláusulas contratuais - "Covenants":

Todas as debêntures possuem cláusulas que determinam os seguintes níveis de endividamento e alavancagem:

Debêntures	Nível de alavancagem e endividamento
3º Emissão	Dívida Líquida / EBITDA < 3,50eEBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00
4º Emissão	Dívida Líquida / EBITDA < 3,50eEBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00

Tais cláusulas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e não existem cláusulas de opção de repactuação.

Garantias:

Para a quinta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, a ser vinculada à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") realizada em 24 de julho de 2017, e concluída em 18 de setembro de 2017, no valor total de R\$279.635, a Iguatemi apresentou como garantia a fração de 50% do Shopping Galleria. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$283.741.

Para os financiamentos celebrados com o Itaú Unibanco S.A. em 11 de julho de 2014, nos valores de R\$152.000 e R\$78.000, a Iguatemi apresentou como garantia a fração de 40% do Shopping Campinas e sua futura expansão. Em 31 de dezembro de 2017, os saldos destes financiamentos correspondem a R\$160.253 e R\$74.998, respectivamente.

Em 10 de julho de 2013, em virtude da cessão dos Créditos Imobiliários decorrentes da cédula de crédito bancário ("CCB") em favor do Banco Itaú BBA, com o propósito específico de construção do Shopping Center Ribeirão Preto, a Iguatemi apresentou garantia a fração ideal correspondente a 88% do shopping de São José do Rio Preto. O saldo do empréstimo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$150.636.

Para o financiamento celebrado com o Banco Santander em 21 de janeiro de 2013, no valor de R\$115.000, para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votoratim/SP, a CSC 41 Participações Ltda apresentou como garantia futuras edificações com fração ideal de 65,716% das futuras unidades autônomas designadas como Shopping e Estacionamento. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo deste empréstimo é de R\$98.828.

Adicionalmente, os financiamentos, bem como os CRIs não possuem cláusulas de vencimento antecipado relacionados a índices financeiros.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os Diretores da Companhia informam que foram utilizados nos últimos três Exercícios Sociais recursos provenientes das debêntures, CRIs e Créditos Imobiliários para financiar as construções e expansões dos seus Shoppings. Em 31 de dezembro de 2017, os Diretores da Companhia atestam que o saldo destas operações era de aproximadamente R\$ 2.092.436 mil. Do montante originalmente contratado, 100% já foi liberado para utilização, não havendo saldos cuja liberação dependa da comprovação de avanço físico-financeiro de obras.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017/2016

Dados consolidados em R\$ (mil)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	Var. 2017 / 2016
Receita Bruta	805.468	116,37%	769.170	115,12%	4,72%
Deduções, impostos e contribuições	-113.312	-16,37%	-101.023	-15,12%	12,16%
Receita Líquida	692.156	100,00%	668.147	100,00%	3,59%
Custos dos aluguéis e serviços	-212.105	-30,64%	-208.114	-31,15%	1,92%
Lucro Bruto	480.051	69,36%	460.033	68,85%	4,35%
Despesas administrativas	-69.304	-10,01%	-66.986	-10,03%	3,46%
Outras receitas operacionais	30.884	4,46%	33.206	4,97%	-6,99%
Outras despesas operacionais	-8.595	-1,24%	-14.217	-2,13%	-39,54%
Resultado da Equivalência Patrimonial	1190	0,17%	939	0,14%	26,73%
Resultado Operacional antes do resultado financeiro	434.226	62,74%	412.975	61,81%	5,15%
Receitas Financeiras	54.045	7,81%	83.784	12,54%	-35,49%
Despesas Financeiras	-225.855	-32,63%	-293.551	-43,94%	-23,06%
Lucro antes da tributação	262.416	37,91%	203.208	30,41%	29,14%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-47.909	-6,92%	-52.328	-7,83%	-8,44%
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.366	0,63%	13.315	1,99%	-67,21%
Lucro Líquido	218.873	31,62%	164.195	24,57%	33,30%
Participação não controladores	3.147	0,45%	2.612	0,39%	20,48%

RECEITA BRUTA

A receita bruta em 2017 foi de R\$ 805.468 mil, um crescimento de 4,72% em relação a 2016, o qual foi impactado principalmente pelas receitas de:

- Aluguéis (68,5% da receita bruta): +6,0% em relação a 2016 pela inauguração da expansão do Iguatemi Porto Alegre, pela adição do Shopping Pátio Higienópolis ao portfólio e pelo reajuste automático dos aluguéis pela inflação;
- Taxas de administração (6,0% da receita bruta): +9,6% em relação a 2016; e
- Receitas de estacionamento (18,4% da receita bruta): +4,1% em relação a 2016 pela inauguração da expansão do Iguatemi Porto Alegre, adição do Pátio Higienópolis ao portfólio e reajuste de tarifas.

DEDUÇÕES, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Em 2017, as deduções e impostos somaram R\$ 113.312 mil, 12,2% acima de 2016, principalmente pelo aumento de descontos concedidos aos lojistas em 2017.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida em 2017 foi de R\$ 692.156 milhões, crescimento de 3,59% sobre 2016, principalmente em função (i) do crescimento orgânico dos shoppings inaugurados antes de 2010; (ii) da maturação dos shoppings inaugurados a partir de 2010; e (iii) da inauguração das expansões e dos novos shoppings.

CUSTOS DOS ALUGUÉIS, SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2017, os custos e despesas (antes da depreciação) somaram R\$ 212.105 milhões, 1,92% acima de 2016. A variação do total de custos e despesas em 2017 é explicada por:

- Custos de Aluguéis e Serviços, 0,6% acima de 2016.
- Despesas Administrativas (antes da Depreciação e Amortização), 19,5% acima de 2016, reflexo principalmente do atingimento das metas corporativas, levando à necessidade de um maior provisionamento para fazer frente ao pagamento do PLR aos funcionários da Companhia. Importante lembrar que a base de comparação de 2016 é mais fraca, uma vez que neste ano nem todas as metas foram atingidas e, conseqüentemente, foi realizada uma reversão de parte deste provisionamento.
- Remuneração baseada em ações (stock options): 95,3% abaixo de 2016, resultado da amortização regressiva do plano de stock options emitido em 2012.
- Pré-Operacional, 240,4% acima de 2016, em função da retomada de projetos greenfields de outlets.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto em 2017 totalizou R\$ 480.051 mil, um aumento de 4,35% em relação a 2016, conforme acima.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 22.289 mil em 2017, um aumento de 17,4% versus 2016, grande parte explicado pelas vendas de pontos comerciais realizadas ao longo do ano.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A receita de equivalência patrimonial totalizou R\$ 1.190 mil em 2017, versus R\$ 939 mil em 2016.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido da Iguatemi em 2017 foi de R\$ 171.810 mil negativos, ante R\$ 209.767 mil negativos em 2016, -18,1% no período. A receita financeira diminuiu 35,5% em relação ao ano anterior, devido à queda do CDI e, em sua maioria, pela quitação da dívida com parte relacionada ocorrida no final do 4T16, que fez com a Companhia deixasse de ter um ativo em dólar. As despesas financeiras caíram 23,1% em relação ao ano anterior em função da redução na taxa básica de juros e pela quitação da dívida junto ao BNDES.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CORRENTE E DIFERIDO)

Em 2017 os Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram R\$ 43.543 mil, +11,6% versus 2016.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido de 2017 foi de R\$ 218.873 mil, 33,3% acima de 2016, com Margem Líquida de 31,6%.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016 / 2015

Dados consolidados em R\$ (mil)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	Var. 2016 / 2015
Receita Bruta	769.170	115,12%	714.664	112,32%	7,63%
Deduções, impostos e contribuições	-101.023	-15,12%	-78.410	-12,32%	28,84%
Receita Líquida	668.147	100,00%	636.254	100,00%	5,01%
Custos dos aluguéis e serviços	-208.114	-31,15%	-210.749	-33,12%	-1,25%
Lucro Bruto	460.033	68,85%	425.505	66,88%	8,11%
Despesas administrativas	-66.986	-10,03%	-81.781	-12,85%	-18,09%
Outras receitas operacionais	33.206	4,97%	66.088	10,39%	-49,75%
Outras despesas operacionais	-14.217	-2,13%	-9.631	-1,51%	47,62%
Resultado da Equivalência Patrimonial	939	0,14%	777	0,12%	20,85%
Resultado Operacional antes do resultado financeiro	412.975	61,81%	400.958	63,02%	3,00%
Receitas Financeiras	83.784	12,54%	95.888	15,07%	-12,62%
Despesas Financeiras	-293.551	-43,94%	-255.844	-40,21%	14,74%
Lucro antes da tributação	203.208	30,41%	241.002	37,88%	-15,68%
IR e contribuição social corrente	-52.328	-7,83%	-49.946	-7,85%	4,77%
IR e contribuição social diferido	13.315	1,99%	2.601	0,41%	411,92%
Lucro Líquido	164.195	24,57%	193.657	30,44%	-15,21%
Participação não controladores	2.612	0,39%	2.566	0,40%	1,79%

RECEITA BRUTA

A receita bruta em 2016 foi de R\$ 769.170, um crescimento de 7,63% em relação a 2015, o qual foi impactado principalmente pelas receitas de:

- Aluguéis (67,6% da receita bruta): +9,8% em relação a 2015 pela inauguração da expansão do Iguatemi Porto Alegre, pela adição do Shopping Pátio Higienópolis ao portfólio e pelo reajuste automático dos aluguéis pela inflação;
- Taxas de administração (5,7% da receita bruta): +8,2% em relação a 2015; e
- Receitas de estacionamento (18,5% da receita bruta): +10,9% em relação a 2015 pela inauguração da expansão do Iguatemi Porto Alegre, adição do Pátio Higienópolis ao portfólio e reajuste de tarifas.

DEDUÇÕES, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Em 2016, as deduções e impostos somaram R\$ 101,0 milhões, 28,8% acima de 2015, principalmente pelo aumento de descontos concedidos aos lojistas em 2016 e pelos descontos inaugurais concedidos aos lojistas da expansão do Iguatemi São Paulo e Iguatemi Porto Alegre. Estes descontos são padrão em todos os novos empreendimentos da Iguatemi (*greenfields* e expansões) e são tipicamente cedidos a lojistas que inauguram suas operações junto com a abertura do shopping, durante os seus primeiros 12 meses de operação.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida em 2016 foi de R\$ 668,1 milhões, crescimento de 5,0% sobre 2015, principalmente em função (i) do crescimento orgânico dos shoppings inaugurados antes de 2010; (ii) da maturação dos shoppings inaugurados a partir de 2010; e (iii) da inauguração das expansões e dos novos shoppings.

CUSTOS DOS ALUGUÉIS, SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2016, os custos e despesas (antes da depreciação) somaram R\$ 166,8 milhões, 12,1% abaixo de 2015 (6,0% abaixo considerando a depreciação e amortização). A variação desta linha em 2016 é explicada por:

- Custos de Aluguéis e Serviços, 3,9% abaixo de 2015.
- Despesas Administrativas (antes da Depreciação e Amortização), 28,3% abaixo de 2015, reflexo de diversas frentes de atuação como a revisão de processos, a renegociação de contratos junto aos fornecedores e, principalmente, adequação do quadro de funcionários ao momento de crescimento da Companhia, como parte dos esforços para aumento de eficiência dos processos.
- Remuneração baseada em ações (stock options): 51,6% abaixo de 2015, resultado da amortização regressiva do plano de stock options emitido em 2012.
- Pré-Operacional, 94,9% abaixo de 2015, em função do menor volume de obras realizadas no ano (término da expansão do Iguatemi Porto Alegre e da torre comercial adjacente no 1º semestre do ano).

LUCRO BRUTO

O lucro bruto em 2016 totalizou R\$ 460,0 milhões, um aumento de 8,11% em relação a 2015, conforme acima.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 19,0 milhões em 2016, uma queda de 66,4% versus 2015, quando realizamos permutas de VGV (1 torre residencial no Complexo Iguatemi Esplanada e 1 torre hoteleira Hyatt Place no Complexo do Galleria) e a venda de participação remanescente do Shopping Boulevard Iguatemi Rio. Em 2016, os principais componentes desta linha de receita foram as revendas de pontos comerciais, multas contratuais, taxas de transferência e provisão para devedores duvidosos.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A receita de equivalência patrimonial totalizou R\$ 939 mil em 2016, versus R\$ 777 mil em 2015.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido da Iguatemi em 2016 foi de R\$ 209,8 milhões negativo, ante um resultado de R\$ 160,0 milhões negativo em 2015, representando um aumento de 31,1% no período. A receita financeira diminuiu 12,6% em relação ao ano anterior, devido a uma posição de Caixa média no ano estável em comparação a 2016, remunerada por uma taxa menor. As despesas financeiras aumentaram 14,7% em relação ao ano anterior em função do aumento de 8,8% no endividamento médio da Companhia no ano em comparação ao ano anterior (a Dívida Total média aumentou para R\$ 2,13 bilhões em 2016, versus R\$ 1,96 bilhões em 2015) e a um aumento no custo médio da dívida.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CORRENTE E DIFERIDO)

Em 2016 as Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram R\$ 39,0 milhões, uma queda de 17,6% em comparação a 2015. Tal queda é justificada pela base mais elevada em 2015, por conta do efeito do IR/CSLL Diferido das permutas de VGV realizadas no ano.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido de 2016 foi de R\$ 164,2 milhões, 15,2% abaixo de 2015, com Margem Líquida de 24,6%.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017/2016

Balanco Patrimonial – Ativo

Dados consolidados em R\$ (mil)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	Var. 2017 / 2016
ATIVO	5.062.802	100,00%	5.150.934	100,00%	-1,71%
Circulante	665.818	13,15%	722.141	14,02%	-7,80%
Disponibilidades	458.920	9,06%	523.857	10,17%	-12,40%
Contas a Receber	151.991	3,00%	154.497	3,00%	-1,62%
Tributos a Recuperar	37.707	0,74%	23.133	0,45%	63,00%
Despesas Antecipadas	7.061	0,14%	7.753	0,15%	-8,93%
Outros Ativos Circulantes ⁽¹⁾	10.139	0,20%	12.901	0,25%	-21,41%
Não circulante	4.396.984	86,85%	4.428.793	85,98%	-0,72%
Realizável a longo prazo	186.418	3,68%	261.201	5,07%	-28,63%
Aplicações Financeiras	30.496	0,60%	33.059	0,64%	-
Contas a Receber	77.699	1,53%	84.668	1,64%	-8,23%
Tributos Diferidos	0	0,00%	25.040	0,49%	-100,00%
Créditos com Partes Relacionadas	75.099	1,48%	101.604	1,97%	-26,09%
Outros Ativos Não Circulantes	3.124	0,06%	16.830	0,33%	-81,44%
Investimentos	4.090.096	80,79%	4.044.136	78,51%	1,14%
Participações Societárias	20.597	0,41%	18.334	0,36%	12,34%
Propriedades para Investimentos	4.069.499	80,38%	4.025.802	78,16%	1,09%
Imobilizado	21.391	0,42%	23.026	0,45%	-7,10%
Intangível	99.079	1,96%	100.430	1,95%	-1,35%

(1) Corresponde à soma dos valores indicados como "Estoques" e "Outros Ativos Circulantes".

Ativo circulante

O valor do ativo circulante foi R\$ 665.818 mil em 31 de dezembro de 2017, -7,80% em relação a 2016. As disponibilidades totalizaram R\$ 458.920 mil e representaram 68,93% do ativo circulante e 9,06% do ativo total.

Ativo realizável a longo prazo

O valor do ativo realizável a longo prazo foi de R\$ 186.418 mil em 31 de dezembro de 2017, queda de 28,63% em relação a 31 de dezembro de 2016. A principal variação do ativo realizável a longo prazo deve-se à linha Tributos Diferidos, que teve resultado zero em 2017 e R\$ 25.040 mil em 2016, e de Créditos com Partes Relacionadas, que representou R\$ 75.099 mil em 2017 e R\$ 101.604 mil em 2016.

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$ 4.090.096 mil, representando um aumento de 1,14% em relação a 31 de dezembro de 2016. Propriedades para Investimentos totalizaram R\$ 4.069.499 mil em 2017, aumento de 1,09% em relação a 31 de dezembro de 2016 principalmente pelos projetos I Fashion Outlet Santa Catarina e I Fashion Outlet Nova Lim, tendo sido compensada parcialmente pela depreciação do período.

Balanco Patrimonial – Passivo

Dados consolidados em R\$ (mil)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	Var. 2017 / 2016
PASSIVO	5.062.802	100,00%	5.150.934	100,00%	-1,71%
Circulante	321.527	6,35%	428.613	8,32%	-24,98%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.302	0,44%	23.172	0,45%	-3,75%
Fornecedores	21.966	0,43%	11.374	0,22%	93,12%
Obrigações Fiscais	22.320	0,44%	19.704	0,38%	13,28%
Empréstimos e Financiamentos	29.072	0,57%	134.499	2,61%	-78,38%
Debêntures	169.828	3,35%	191.095	3,71%	-11,13%
Outras Obrigações	56.039	1,11%	48.769	0,95%	-
Exigível a longo prazo	1.934.640	38,21%	1.980.783	38,45%	-2,33%
Empréstimos e Financiamentos	1.426.821	28,18%	1.300.298	25,24%	9,73%
Debêntures	466.715	9,22%	614.154	11,92%	-24,01%
Outros	1.678	0,03%	1.028	0,02%	63,23%
Tributos Diferidos	11.616	0,23%	24.599	0,48%	-52,78%
Provisões	13.829	0,27%	14.031	0,27%	-1,44%
Lucros e Receitas a Apropriar	13.981	0,28%	26.673	0,52%	-47,58%
Patrimônio líquido	2.806.635	55,44%	2.741.538	53,22%	2,37%
Capital Social Realizado	1.231.313	24,32%	1.231.313	23,90%	0,00%
Reservas de Capital	452.713	8,94%	472.386	9,17%	-4,16%
Reservas de Lucros	1.114.104	22,01%	1.031.238	20,02%	8,04%
Participação dos Acionistas Não Controladores	8.505	0,17%	6.601	0,13%	28,84%

Passivo circulante

O passivo circulante totalizou R\$ 321.527 mi, uma queda de 24,98% em relação a 31 de dezembro de 2016. A principal variação do passivo foi a conta de empréstimos e financiamentos, que totalizou R\$ 29.072 mil, configurando uma queda de 78,38% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Exigível a Longo Prazo

O valor do exigível a longo prazo foi de R\$ 1.934.640 mil em 31 de dezembro de 2017, uma queda de 2,33% em relação a 31 de dezembro de 2016. Empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 1.426.821 mil no ano de 2017, aumentando 9,73% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido foi R\$ 2.806.635 mil em 31 de dezembro de 2017, +2,37% em relação 2016.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016/2015

Balço Patrimonial – Ativo

Dados consolidados em R\$ (mil)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	Var. 2016 / 2015
ATIVO	5.150.934	100,00%	5.003.125	100,00%	2,95%
Circulante	722.141	14,02%	618.530	12,36%	16,75%
Disponibilidades	523.857	10,17%	386.293	7,72%	35,61%
Contas a Receber	154.497	3,00%	176.220	3,52%	-12,33%
Tributos a Recuperar	23.133	0,45%	21.944	0,44%	5,42%
Despesas Antecipadas	7.753	0,15%	6.844	0,14%	13,28%
Outros Ativos Circulantes ⁽¹⁾	12.901	0,25%	27.229	0,54%	-52,62%
Não circulante	4.428.793	85,98%	4.384.595	87,64%	1,01%
Realizável a longo prazo	261.201	5,07%	245.083	4,90%	6,58%
Aplicações Financeiras	33.059	0,64%	6.643	0,13%	397,65%
Contas a Receber	84.668	1,64%	83.855	1,68%	0,97%
Tributos Diferidos	25.040	0,49%	0	0,00%	-
Impostos a recuperar	0	0,00%	14.779	0,30%	-100,00%
Créditos com Partes Relacionadas	101.604	1,97%	130.084	2,60%	-21,89%
Outros Ativos Não Circulantes	16.830	0,33%	9.722	0,19%	73,11%
Investimentos	4.044.136	78,51%	4.017.380	80,30%	0,67%
Participações Societárias	18.334	0,36%	17.373	0,35%	5,53%
Propriedades para Investimentos	4.025.802	78,16%	4.000.007	79,95%	0,64%
Imobilizado	23.026	0,45%	19.530	0,39%	17,90%
Intangível	100.430	1,95%	102.602	2,05%	-2,12%

(1) Corresponde à soma dos valores indicados como “Estoques” e “Outros Ativos Circulantes”.

Ativo circulante

O valor do ativo circulante foi R\$ 722.141 mil em 31 de dezembro de 2016, +16,75% em relação a 31 de dezembro de 2015. As Disponibilidades somaram R\$ 523.857 mil em 2016 e representaram 72,5% do ativo circulante e 10,17% do ativo total.

Ativo realizável a longo prazo

O valor do ativo realizável a longo prazo foi de R\$ 261.201 mil em 31 de dezembro de 2016, +6,58% em relação a 31 de dezembro de 2015. A principal variação do ativo realizável a longo prazo deve-se à linha Aplicações Financeiras, que totalizaram R\$ 33.059 mil, aumentando 397,65% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Ativo Permanente

O ativo permanente totalizou R\$ 4.044.136 mil, um aumento de 0,67% em relação a 31 de dezembro de 2015. Propriedades para Investimentos totalizaram R\$ 4.025.802 mil em 2016, aumento de 0,64% em relação a 31 de dezembro de 2015 principalmente pelos projetos I Fashion Outlet Santa Catarina, I Fashion Outlet Paraná e

I Fashion Outlet Nova Lima; expansão do Iguatemi Porto Alegre e Torre, tendo sido compensada parcialmente pela depreciação do período.

Balço Patrimonial – Passivo

Dados consolidados em R\$ (mil)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	Var. 2016 / 2015
PASSIVO	5.150.934	100,00%	5.003.125	100,00%	2,95%
Circulante	428.613	8,32%	550.685	11,01%	-22,17%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.172	0,45%	26.977	0,54%	-14,10%
Fornecedores	11.374	0,22%	29.212	0,58%	-61,06%
Obrigações Fiscais	19.704	0,38%	20.041	0,40%	-1,68%
Empréstimos e Financiamentos	134.499	2,61%	151.320	3,02%	-11,12%
Debêntures	191.095	3,71%	213.830	4,27%	-10,63%
Outras Obrigações	48.769	0,95%	109.305	2,18%	-55,38%
Exigível a longo prazo	1.980.783	38,45%	1.818.460	36,35%	8,93%
Empréstimos e Financiamentos	1.300.298	25,24%	958.889	19,17%	35,60%
Debêntures	614.154	11,92%	759.161	15,17%	-19,10%
Outros	1.028	0,02%	1.301	0,03%	-20,98%
Tributos Diferidos	24.599	0,48%	34.803	0,70%	-29,32%
Provisões	14.031	0,27%	13.800	0,28%	1,67%
Lucros e Receitas a Apropriar	26.673	0,52%	50.506	1,01%	-47,19%
Patrimônio líquido	2.741.538	53,22%	2.633.980	52,65%	4,08%
Capital Social Realizado	1.231.313	23,90%	1.231.313	24,61%	0,00%
Reservas de Capital	472.386	9,17%	473.233	9,46%	-0,18%
Reservas de Lucros	1.031.238	20,02%	922.646	18,44%	11,77%
Participação dos Acionistas Não Controladores	6.601	0,13%	6.788	0,14%	-2,75%

Passivo circulante

O passivo circulante totalizou R\$ 428.613 mil, uma queda de 22,17% em relação a 31 de dezembro de 2015. A principal variação do passivo foi a conta de Fornecedores, que totalizaram R\$ 11.374 mil, configurando uma queda de 61,06% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Exigível a Longo Prazo

O valor do exigível a longo prazo foi de R\$ 1.980.783 mil em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 8,93% em relação a 31 de dezembro de 2015. Empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 1.300.298 mil no ano de 2016, aumentando 35,6% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido somou R\$ 2.741.538 mil em 31 de dezembro de 2016, +4,08% em relação a 2015.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

Os Diretores da Companhia destacam que as receitas da Companhia são provenientes principalmente da receita de aluguéis dos seus empreendimentos, estacionamento, taxa de administração e outros.

Receita Bruta (dados consolidados em R\$ mil)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita de aluguéis	551.553	520.277	473.908
Receita taxa de administração	48.166	43.948	40.618
Receita estacionamento	147.903	142.049	128.036
Receita outros	57.846	62.896	72.102
Total	805.468	769.170	714.664

A receita de aluguéis em 2017 é composta pelo (i) aluguel mínimo, que representou 86,2% do total de aluguéis; (ii) aluguel percentual, que representou 5,7% do total de aluguéis; e (iii) locações temporárias, que representou 8,1% do total de aluguéis.

O aluguel mínimo é um valor estabelecido contratualmente e tipicamente corrigido anualmente por um índice de inflação acordado. O aluguel percentual é calculado com base nas vendas reportadas por cada lojista, e é o valor que excede o aluguel mínimo de cada contrato. Locações temporárias, por sua vez, referem-se aos aluguéis cobrados dos quiosques, além de mídias tais como banners, adesivagens, panfletagens e painéis digitais.

As receitas de taxas de administração são taxas cobradas dos demais empreendedores donos de participações nos shoppings em que administramos pela administração das propriedades, assim como dos lojistas pela administração dos condomínios.

As receitas de estacionamento são provenientes da cobrança de estacionamento dos nossos clientes.

Os Diretores da Companhia entendem que as receitas variaram principalmente em função da abertura de novos empreendimentos, como: (i) o Iguatemi Brasília em 2010, (ii) Iguatemi Alphaville, em 2011, (iii) JK Iguatemi, em 2012, (iv) Iguatemi Ribeirão Preto, Iguatemi Esplanada, Expansão do Praia de Belas Shopping Centers, a Inauguração do Premium Outlet Novo Hamburgo em 2013, (v) a compra de participação no JK e a inauguração do Iguatemi Rio Preto em 2014, (vi) inauguração da expansão do Iguatemi Campinas e Iguatemi São Paulo e aquisição de participação do Pátio Higienópolis em 2015; e (vi) inauguração da expansão do Iguatemi Porto Alegre em 2016; além da maturação dos shoppings em operação, expansões de shoppings e aumento de participação nos empreendimentos. Além disso, os contratos de aluguéis celebrados pela Companhia são tipicamente renegociados a cada 5 anos, e são reajustados pela inflação. Nosso portfólio atualmente está dividido em aproximadamente 10% de contratos ajustados pelo IPC e 90% pelo IGP.

Os Diretores da Companhia afirmam que o aumento da tarifa e do fluxo de estacionamento contribuíram para o aumento na receita de estacionamento.

Os Diretores da Companhia afirmam que a queda da receita de outros é explicada principalmente pelo fim do reconhecimento das luvas do JK Iguatemi, que completou 5 anos em junho de 2017.

Em 2017, a receita bruta foi de R\$ 805.468 mil, 4,7% superior ao mesmo período do ano anterior, explicado pela maturação dos empreendimentos inaugurados após 2013.

Em 2016, a receita bruta foi de R\$ 769.172 mil, 7,6% superior ao mesmo período do ano anterior, afetada pela inauguração da expansão do Iguatemi São Paulo e Iguatemi Porto Alegre, e pela aquisição do Pátio Higienópolis; além da maturação dos empreendimentos inaugurados após 2013.

Em 2015, a receita bruta foi de R\$ 715.683 mil, 8,9% acima do ano passado, afetada pela inauguração da expansão do Iguatemi Campinas e do Iguatemi São Paulo, e pela aquisição do Pátio Higienópolis; além da maturação dos empreendimentos inaugurados após 2013.

O crescimento da receita de aluguel de 6,0% em relação a 2016 é explicado principalmente (i) crescimento orgânico dos shoppings existentes, com destaque para o Iguatemi Porto Alegre; e (ii) pela maturação dos empreendimentos inauguradas recentemente, em especial Iguatemi Rio Preto. Temos ainda, reajuste do aluguel mínimo, aumento do aluguel percentual e das locações temporárias.

A receita de estacionamento cresceu 4,1% em comparação a 2016, principalmente (i) pelo reajuste das tarifas nos últimos 12 meses; e (ii) pela maturação das expansões mais recentes, consequentemente trazendo maior movimento.

A taxa de administração cresceu 9,6% em relação a 2016, em função do crescimento das nossas Receitas de Aluguéis e pela mudança do regime de contabilização de caixa para competência em 2017 em alguns ativos.

A receita de outros caiu 8,0% em relação a 2016, principalmente pelo término do reconhecimento da coparticipação do Shopping JK Iguatemi, que completou cinco anos de operação em junho de 2017.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia destacam que a mesma possui quatro linhas de receita: (i) receitas de aluguéis; (ii) receitas de estacionamento; (iii) receita de taxas de administração; e (iv) receita de outros.

Em 2017, a principal linha de receita (receita de aluguéis) respondeu por 68,5% da receita da Companhia. Dentro da receita de aluguel, aproximadamente 86,2% provém do aluguel mínimo, que independe da venda dos lojistas. Além disso, 5,7% são provenientes do aluguel percentual e o restante, de locação temporária.

- As receitas de aluguel mínimo estão atreladas a contratos de aluguéis que tem duração média de 5 anos e são anualmente reajustados pela inflação. Aproximadamente 10% dos contratos são ajustados pelo IPC e 90% pelo IGP. Após o término do contrato são renegociados preços de mercado para cada contrato, o que resulta em ganhos reais na receita;
- As receitas de aluguel percentual são atreladas às vendas dos lojistas; e
- As receitas de locação temporária são atreladas a quiosques, locais de eventos e/ou locais de mídia física ou digital que são negociados (locados) temporariamente no decorrer do ano e em função disso mudam a cada negociação, não estando atreladas à inflação.

As receitas de estacionamento responderam por 18,4% da receita da Companhia em 2017. Estas receitas estão atreladas ao fluxo de veículos e às tarifas de estacionamento que são reajustadas esporadicamente de acordo com o potencial de cada empreendimento.

As receitas de taxa de administração responderam por 6,0% da receita da Companhia no acumulado de 2017. Estas receitas estão atreladas principalmente ao resultado e aos custos de condomínio dos shoppings centers.

As receitas de outros são principalmente relacionadas a taxas de corretagem e a receitas de coparticipação. As taxas de corretagem estão atreladas ao valor dos novos contratos de aluguel negociados com novos lojistas e em função disso dependem da quantidade de novos lojistas que são negociados no ano. As receitas de coparticipação, por sua vez, estão atreladas à venda de pontos comerciais nos novos shoppings centers e, conseqüentemente, estão diretamente relacionadas à quantidade de ABL adicional que é inaugurada por ano.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia informam que praticamente todas as linhas de receita são incrementadas quando um novo shopping center é inaugurado e, portanto, a receita é diretamente relacionada ao volume de ABL próprio controlado pela Companhia.

Em 2016, a principal linha de receita (receita de aluguéis) respondeu por 67,6% da receita da Companhia. Dentro da receita de aluguel, aproximadamente 85,3% provém do aluguel mínimo, que independe da venda dos lojistas. Além disso, 6,4% são provenientes do aluguel percentual e o restante, de locação temporária.

- As receitas de aluguel mínimo estão atreladas a contratos de aluguéis que tem duração média de 5 anos e são anualmente reajustados pela inflação. Aproximadamente 10% dos contratos são ajustados pelo IPC e 90% pelo IGP. Após o término do contrato são renegociados preços de mercado para cada contrato, o que resulta em ganhos reais na receita;
- As receitas de aluguel percentual são atreladas às vendas dos lojistas; e
- As receitas de locação temporária são atreladas a quiosques, locais de eventos e/ou locais de mídia física ou digital que são negociados (locados) temporariamente no decorrer do ano e em função disso mudam a cada negociação, não estando atreladas à inflação.

As receitas de estacionamento responderam por 18,5% da receita da Companhia em 2016. Estas receitas estão atreladas ao fluxo de veículos e às tarifas de estacionamento que são reajustadas esporadicamente de acordo com o potencial de cada empreendimento.

As receitas de taxa de administração responderam por 5,7% da receita da Companhia no acumulado de 2016. Estas receitas estão atreladas principalmente ao resultado e aos custos de condomínio dos shoppings centers.

As receitas de outros são principalmente relacionadas a taxas de corretagem e a receitas de coparticipação. As taxas de corretagem estão atreladas ao valor dos novos contratos de aluguel negociados com novos lojistas e em função disso dependem da quantidade de novos lojistas que são negociados no ano. As receitas de coparticipação, por sua vez, estão atreladas à venda de pontos comerciais nos novos shoppings centers e, conseqüentemente, estão diretamente relacionadas à quantidade de ABL adicional que é inaugurada por ano.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia informam que praticamente todas as linhas de receita são incrementadas quando um novo shopping center é inaugurado e, portanto, a receita é diretamente relacionada ao volume de ABL próprio controlado pela Companhia.

Em 2015, a principal linha de receita (receita de aluguéis) respondeu por 66,0% da receita da Companhia. Dentro da receita de aluguel, aproximadamente 84,6% provém do aluguel mínimo, que independe da venda dos lojistas. Além disso, 6,8% são provenientes do aluguel percentual e o restante, de locação temporária.

- As receitas de aluguel mínimo estão atreladas a contratos de aluguéis que tem duração média de 5 anos e são anualmente reajustados pela inflação. Aproximadamente 30% dos contratos são ajustados pelo IPC e 70% pelo IGP. Após o término do contrato são renegociados preços de mercado para cada contrato, o que resulta em ganhos reais na receita;
- As receitas de aluguel percentual são atreladas às vendas dos lojistas; e
- As receitas de locação temporária são atreladas a quiosques, locais de eventos e/ou locais de mídia física ou digital que são negociados (locados) temporariamente no decorrer do ano e em função disso mudam a cada negociação, não estando atreladas à inflação.

As receitas de estacionamento responderam por 17,7% da receita da Companhia em 2015. Estas receitas estão atreladas ao fluxo de veículos e às tarifas de estacionamento que são reajustadas esporadicamente de acordo com o potencial de cada empreendimento.

As receitas de taxa de administração responderam por 8,5% da receita da Companhia no acumulado de 2015. Estas receitas estão atreladas principalmente ao resultado e aos custos de condomínio dos shoppings centers.

As receitas de outros são principalmente relacionadas a taxas de corretagem e a receitas de coparticipação. As taxas de corretagem estão atreladas ao valor dos novos contratos de aluguel negociados com novos lojistas e em função disso dependem da quantidade de novos lojistas que são negociados no ano. As receitas de coparticipação, por sua vez, estão atreladas à venda de pontos comerciais nos novos shoppings centers e, conseqüentemente, estão diretamente relacionadas à quantidade de ABL adicional que é inaugurada por ano.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia informam que praticamente todas as linhas de receita são incrementadas quando um novo shopping center é inaugurado e, portanto, a receita é diretamente relacionada ao volume de ABL próprio controlado pela Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os Diretores da Companhia esclarecem que os custos e despesas operacionais da Companhia, com exceção da depreciação e de suas receitas operacionais, são corrigidos conforme a variação da inflação no período, em virtude dos reajustes previstos nos contratos firmados com terceiros, inclusive nos contratos de locação. Tendo em vista que tanto os custos e despesas operacionais, quanto a receita operacional da Companhia são reajustados pela inflação, ocorre um hedge natural que impede impactos negativos de valor relevante em virtude da sua variação. De tal forma, durante os 3 (três) últimos Exercícios Sociais e no Exercício Social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante. Em relação ao resultado financeiro, os Diretores da Companhia esclarecem que a receita financeira é impactada diretamente por oscilações do CDI, tendo em vista que 100% dos recursos estão aplicados em Fundos de Renda Fixa, e que as despesas financeiras são impactadas pelas oscilações sofridas pelos indexadores atrelados aos contratos de financiamento.

Em decorrência das emissões de debêntures e de CRIs realizadas nos últimos Exercícios Sociais, o principal indexador da Companhia atualmente é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI impactará o montante dos juros a ser pago da nossa dívida. Além do CDI, a Companhia possui contratos de Crédito Imobiliário atrelados à TR, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações de tal índice.

Em 31 de dezembro de 2017 a redução da taxa acumulada SELIC foi de 4,07 pontos percentuais contra a taxa acumulada observada no mesmo período do ano anterior, impactando positivamente a despesa financeira, enquanto que a receita financeira da Companhia sofreu impacto negativo com a redução da mesma taxa. A redução da taxa acumulada da TR em 1,42 pontos percentuais contribui positivamente para a redução dos juros incidentes sobre os contratos de Crédito Imobiliário indexados à TR.

Em 31 de dezembro de 2016 o acréscimo da taxa média SELIC foi de 0,72 pontos percentuais contra a taxa média observada no mesmo período do ano anterior, impactando negativamente a despesa financeira, enquanto que a receita financeira da Companhia sofreu impacto positivo com a redução da mesma taxa. Com relação à TJLP, houve um acréscimo da taxa média de 1,25 pontos percentuais contra a taxa média observado no ano anterior, impactando negativamente os juros incidentes sobre os contratos de BNDES. O aumento da taxa média da TR em 0,21 pontos percentuais contribui negativamente para aumento dos juros incidentes sobre os contratos de Crédito Imobiliário indexados à TR.

Em 31 de dezembro de 2015 o acréscimo da taxa média SELIC foi de 2,51 pontos percentuais contra a taxa média observada no mesmo período do ano anterior, impactando negativamente (aumentou) a despesa financeira, enquanto que a receita financeira da Companhia sofreu impacto negativo com a redução com a redução do saldo de caixa. Com relação à TJLP, houve um acréscimo da taxa média de 1,25 pontos percentuais contra a taxa média observado no ano anterior, impactando negativamente os juros incidentes sobre os contratos de BNDES. A queda da taxa média da TR em 0,06 pontos percentuais contribui positivamente para a diminuição dos juros incidentes sobre os contratos de Crédito Imobiliário indexados à TR.

Para maiores informações acerca das emissões de debêntures realizadas pela Companhia, vide item 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que no presente momento, a Companhia não possui expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional e nem teve introdução ou alienação de segmento operacional nos últimos anos.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária e imobiliária

Os Diretores da Companhia destacam que foram realizadas diversas aquisições de participação societária e imobiliária nos últimos anos com o objetivo de fortalecer a posição da Companhia no mercado de shopping centers, seja pelo aumento de participação em shopping centers que ela já detinha participação, compra de novos shopping centers ou aquisição de terrenos para desenvolvimento de empreendimentos.

Em 2015, adquirimos, em 31 de julho, indiretamente fração ideal de 3,75% de participação no Shopping Pátio Higienópolis II (O Shopping Pátio Higienópolis é composto de duas partes: o Shopping I é a parte original do ativo, com 25,8 mil m² de ABL, e o Shopping II é a parte do ativo relacionada à expansão realizada em 2010, com 8,3 mil m² de ABL). Em setembro, inauguramos da expansão do Iguatemi São Paulo, adicionando 1.188 m² de ABL total ao empreendimento, e em 1º de outubro, adquirimos mais 8,4% de participação no Shopping Pátio Higienópolis. Após essa 2ª aquisição, a Iguatemi passa a deter 11,2% do empreendimento.

Em 2016, inauguramos a expansão do Iguatemi Porto Alegre em abril, adicionando 20.4 mil m² de ABL total ao empreendimento, e em junho inauguramos a Torre Iguatemi Porto Alegre, uma torre comercial com 10,7 mil m² de ABL.

c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foram realizados eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

Mudanças contábeis realizadas no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017:

No Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram mudanças nas práticas contábeis, utilizando o mesmo padrão contábil do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Mudanças contábeis realizadas no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016:

No Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram mudanças nas práticas contábeis, utilizando o mesmo padrão contábil do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Mudanças contábeis realizadas no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2015:

No Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram mudanças nas práticas contábeis, utilizando o mesmo padrão contábil do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia nos anos de 2017, 2016 e 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos anos de 2017, 2016 e 2015 não houve ressalvas ou parágrafos de ênfase nos pareceres dos auditores.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia mantém a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Os Diretores entendem que a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os Diretores entendem que estas estimativas refletem julgamentos e incertezas que podem, em função do tempo de reconhecimento e resultados efetivos, diferir dos valores finais, necessitando desta forma ser revisadas e ajustadas periodicamente, baseadas nas novas circunstâncias e, se for o caso, em novas informações. Algumas práticas contábeis requerem a utilização de estimativas que refletem julgamentos e incertezas relevantes, levando em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Estas estimativas, quando de sua liquidação, poderão resultar em valores significativamente divergentes dos considerados nas demonstrações financeiras, devido às incertezas e imprecisões inerentes ao processo de sua apuração.

Assim, os Diretores informam que as políticas contábeis críticas foram:

a) Uso de estimativas

Na elaboração demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas investidas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social, provisão para crédito de liquidação duvidosa, valor justo das propriedades para investimento e a outras similares. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos.

b) Contas a Receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os valores são registrados inicialmente pelo valor nominal dos recebíveis, incluindo, quando aplicável, rendimentos, variações monetárias auferidas e efeitos decorrentes da linearização da receita. A provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração os valores de clientes constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança desses créditos, a qual é considerada suficiente pela Administração para a cobertura dessas perdas.

c) Propriedades para investimento

São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. O valor justo das propriedades para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 9 da DFP. Anualmente, a Companhia revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimento.

d) Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões fiscais e cíveis são constituídas sempre que forem prováveis que possam haver uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com

processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são constituídas quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em consideração a opinião e os valores informados pelos assessores jurídicos, de acordo com percentual definido pela Administração através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza ocorridos nos últimos 12 meses.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

De acordo com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser atualizados monetariamente e, portanto, ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo deve ser calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente deve ser calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) "Impairment" sobre ativos de longo prazo

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável (IAS 36), a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). A redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do Exercício Social. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

10.6 – Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme item 10.6 acima, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Conforme item 10.6 acima, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme item 10.6 acima, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 – Principais elementos do plano de negócios do emissor:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os Diretores da Companhia entendem que o crescimento orgânico com qualidade do portfólio faz parte integral da estratégia da Companhia, ou seja, crescer por meio da expansão de suas propriedades já existentes e desenvolver novos projetos *greenfield*, buscando sempre agregar elementos de inovação para estes empreendimentos. Desta forma, os Diretores da Companhia acreditam que seja possível desenvolver projetos que se destaquem por seus diferenciais arquitetônicos, inovações no varejo e um mix de lojistas diferenciado, em linha com a estratégia da Companhia de focar nas classes A e B e nas regiões Sul, Sudeste e Brasília.

Os Diretores da Companhia informam que a Iguatemi possui nesta data 2 projetos de *greenfield* em desenvolvimento. Detalhes sobre cada um dos projetos estão apresentados no quadro abaixo. Os dados referem-se a 100% do empreendimento.

	I Fashion Outlet Santa Catarina	I Fashion Outlet Nova Lima
Abertura Prevista	4T18	2019
ABL Total (m ²)	30.000	30.300
% Iguatemi	54%	54%

Projeção de Capex investido:

	2018E	2017	2016	2015
Investimentos (R\$ milhões) ⁽¹⁾	170 - 220	98,1	161,2	444,2

(1) Base competência (dados contábeis ajustados pela Aplicação Financeira).

Os Diretores da Companhia informam que a Iguatemi possui um *greenfield* (I Fashion Outlet Santa Catarina) em andamento e um (I Fashion Outlet Nova Lima) em fase de aprovações, tendo como objetivo reforçar seu posicionamento neste segmento.

Fontes de financiamento dos investimentos: Os Diretores da Companhia esclarecem que na eventual necessidade de construção de projetos *greenfields* ou *brownfields* a Companhia realizar financiamento do CAPEX por crédito imobiliário, CRI e com outras formas de financiamento junto aos bancos comerciais.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos: Os Diretores da Companhia afirmam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia afirmam que não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia afirmam que não há novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores relevantes não evidenciados até o momento.

11.1 As projeções devem indicar:

a) Objeto da projeção

Possuímos duas projeções amplamente divulgadas ao mercado. A 1a é uma projeção financeira, sobre o crescimento de Receita Líquida, Margem EBITDA e Investimentos; e a 2a é uma projeção operacional, sobre o tamanho da Companhia, medido pela área bruta locável (ABL) própria.

A receita líquida corresponde ao valor da receita bruta deduzida de impostos e contribuições. A projeção que divulgamos refere-se ao crescimento da receita bruta em relação ao Exercício Social anterior.

A margem EBITDA, por sua vez, considera a divisão do EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, ou, lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) pela Receita Líquida da Companhia no referido período.

Os investimentos consideram (i) investimentos referentes à manutenção e reinvestimento dos empreendimentos do portfólio, e (ii) investimentos referentes aos projetos em andamento.

A projeção operacional divulgada considera qual será o tamanho da Companhia medido pela ABL própria em m². Nossas premissas correspondem a dados hipotéticos e não constituem promessa de desempenho.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções financeiras são válidas para o ano de 2018.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

Nossas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, nossas expectativas atuais e estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam, ou podem potencialmente vir a afetar, nossos negócios e resultados. Embora essas estimativas e declarações futuras encontrem-se baseadas em premissas que consideramos razoáveis, essas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente possuímos. Estas podem ser influenciadas por diversos fatores que escapam ao controle da nossa administração, incluindo:

- os efeitos da crise financeira e econômica internacional no Brasil;
- a conjuntura econômica de negócios e política no Brasil e, em especial, nos mercados geográficos onde atuamos;
- inflação e flutuações na taxa de juros e na taxa de câmbio;
- flutuação da atividade econômica dos setores de shopping centers, imobiliário e varejista no Brasil;
- não implementação integral das nossas estratégias de negócios, incluindo nossa habilidade de (i) adquirir participação adicional nos shopping centers que atualmente detemos participação, (ii) adquirir participação em shopping centers de terceiros, e (iii) identificarmos novas propriedades para a construção de novos shopping centers; e (iv) realizar expansões de shopping centers de nosso portfólio;
- capacidade em contratarmos novos financiamentos em condições razoáveis;
- alterações no desempenho das vendas no mercado de varejo no Brasil;
- edição de novas leis e regulamentos e/ou alterações nas leis e regulamentos existentes que se aplicam aos setores de shopping centers, imobiliário e varejista no Brasil, inclusive de caráter ambiental e de zoneamento urbano;
- intervenções governamentais resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- concorrência no setor de shopping centers no Brasil como um todo e particularmente em nossas áreas de atuação; etc.

Adicionalmente, algumas premissas das projeções podem ser influenciadas pela nossa administração, incluindo nossa capacidade de:

- Competirmos com êxito e dirigirmos nossos negócios no futuro;
- Gerirmos nossos custos e despesas de acordo com o orçamento;
- Renegociarmos nossos contratos de aluguel de acordo com o orçamento;
- Negociarmos novos contratos de aluguel ou de merchandising de acordo com o esperado;
- Inaugurarmos nossos novos shoppings nos prazos anunciados;

Contudo, todas as premissas consideradas nas projeções estão sujeitas a fatores de influência que escapam ao controle da nossa administração. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nas projeções, poderemos revisá-las para patamares superiores ou inferiores.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

2018		
Indicador	Projeção	Realizado
Crescimento de Receita Líquida	2% a 7%	Não há dado realizado
Margem EBITDA	75% a 79%	Não há dado realizado
Capex ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	170 a 220	Não há dado realizado

(1) Base competência.

2017		
Indicador	Projeção	Realizado
Crescimento de Receita Líquida	2% a 7%	3,6%
Margem EBITDA	73% a 77%	78,1%
Capex ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	80 a 130	98,1

(1) Base competência.

2016		
Indicador	Projeção	Realizado
Crescimento de Receita Líquida	5% a 10%	5%
Margem EBITDA	73% a 77%	78%
Capex ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	150 a 170	155

(1) Base caixa.

2015		
Indicador	Projeção	Realizado
Crescimento de Receita Líquida	12% a 15%	8,1%
Margem EBITDA	76% a 79%	79,1%

11.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado, durante os 3 últimos Exercícios Sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores.

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Todas as projeções apresentadas no Item 11.1(d) deste Formulário de Referência já foram amplamente divulgadas por nós ao mercado e aos nossos acionistas por meio de relatórios trimestrais de resultados, conferências de resultados trimestrais e apresentações corporativas. Tais projeções não estão sendo alteradas.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Em 2017, entregamos um crescimento de receita líquida de 3,6%, dentro do guidance fornecido no início do ano, e margem EBITDA de 78,1%, acima do guidance fornecido. O investimento anual da companhia foi de R\$ 98,1 milhões, também de acordo com o guidance fornecido.

Em 2016, entregamos um crescimento de receita líquida de 5%, dentro do guidance fornecido no início do ano, e margem EBITDA de 78%, acima do guidance fornecido. O investimento anual da companhia foi de R\$ 155 milhões, também de acordo com o guidance fornecido.

Em 2015, ficamos dentro do EBITDA implícito associado ao guidance fornecido no final de 2014, R\$504M e margem EBITDA 79,1%, apesar do cenário macroeconômico adverso. O crescimento de Receita Líquida ficou em 8,1% em função do adiamento da expansão do Iguatemi Porto Alegre para abril de 2016 (originalmente previsto para setembro de 2015).

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções da Companhia para o Exercício Social de 2018, apresentadas no Item 11.1 (d) deste Formulário de Referência, permanecem válidas na data da entrega deste Formulário.

ANEXO 2 – Item 2 da Proposta da Administração – Destinação do lucro líquido do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

1) Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da controladora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 215.726 mil.

2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Dividendos no montante de R\$ 120.000 mil, correspondente a R\$ 0,67945715 por ação ao considerarmos o total de ações emitidas pela companhia. O valor por ação dos dividendos poderá sofrer alteração dependendo do número de ações em tesouraria na data da declaração de pagamento dos dividendos (19 de abril de 2018).

3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Os R\$ 120.000 mil em dividendos propostos representam 58,55% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 deduzido das reservas legais.

4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Dividendos: R\$ 120.000 mil ou R\$ 0,67945715 por ação. O valor por ação dos dividendos poderá sofrer alteração dependendo do número de ações em tesouraria na data da declaração de pagamento dos dividendos (19 de abril de 2018).

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Depósito em conta corrente do beneficiário a ser realizado da seguinte forma: (i) 50% no dia 18 de maio de 2018; e (ii) 50% no dia 18 de setembro de 2018.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não tem incidência de atualização e/ou juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para a identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

A data de declaração de pagamento dos dividendos será a data de realização da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 19 de abril de 2018.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos:

Não aplicável.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015
Lucro Líquido (R\$ mil)	215.726	161.583	191.091
Lucro Líquido por ação ⁽¹⁾	1,2215	1,2215	1,2215

(1) Trata-se do cálculo básico de lucro por ação (divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações da controladora, pela quantidade de ações emitidas pela Companhia).

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Proventos	2017	2016	2015
Total de proventos (R\$ mil)	120.000	120.000	60.000
JCP	-	-	-
Dividendos	120.000	120.000	60.000
Total de proventos por ação ⁽¹⁾	0,67945715	0,67945715	0,33972858
Por ação JCP ⁽¹⁾	-	-	-
Por ação dividendos ⁽¹⁾	0,67945715	0,67945715	0,33972858

(1) Trata-se do cálculo básico de provento por ação (divisão do provento do período, atribuído aos detentores de ações da controladora, pela quantidade de ações emitidas pela Companhia). O valor por ação dos dividendos poderá sofrer alteração dependendo do número de ações em tesouraria na data da declaração de pagamento dos dividendos (19 de abril de 2018).

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal:

Reserva legal: R\$ 10.786 mil

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia.

Lucro líquido do exercício: R\$ 215.726.026,52.

Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício): R\$ 10.786.301,33.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10) Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Serão distribuídos a título de dividendos mínimos obrigatórios no mínimo 25% do lucro líquido da Companhia deduzido da reserva legal.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

O montante será pago integralmente. O percentual do lucro líquido da Controladora, deduzido das reservas legais, que será distribuído para o ano de 2017 é de 58,55%.

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não haverá retenção de dividendos.

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: a) Informar o montante da retenção; b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; c) Justificar a retenção dos dividendos:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção do dividendo mínimo obrigatório.

12) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a) Identificar o montante destinado à reserva; b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; c) Explicar porque a perda foi considerada provável; d) Justificar a constituição da reserva:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de constituição de reserva de contingências.

13) Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de constituição de reserva de lucros a realizar.

14) Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; b) Identificar o montante destinado à reserva; c) Descrever como o montante foi calculado:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de constituição de reservas estatutárias.

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção:

Distribuição do Resultado (R\$)	2017
Lucro do Exercício Social	215.726.026,52
Reserva legal (5%)	10.786.301,33
Base para o pagamento de dividendos	204.939.725,19
Dividendos	120.000.000,00
<i>Dividendos por ação ⁽¹⁾</i>	<i>0,67945715</i>
Retenção de lucros	84.939.725,19

(1) Trata-se do cálculo básico de dividendos por ação (divisão do provento do período, atribuído aos detentores de ações da controladora, pela quantidade de ações emitidas pela Companhia). O valor por ação dos dividendos poderá sofrer alteração dependendo do número de ações em tesouraria na data da declaração de pagamento dos dividendos (19 de abril de 2018).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital:

A Administração apresenta o orçamento de capital para o Exercício Social de 2018 e propõe que o saldo remanescente do lucro do Exercício Social de 2017, no montante de R\$ 84.940 mil seja alocado na reserva de retenção de lucros. Esta reserva tem como objetivo atender parcialmente às necessidades de recursos para investimentos na construção de novos shoppings e expansão dos existentes, como segue:

Proposta de Orçamento de Capital 2018 (R\$ milhões)	2017
Aplicações	210,3
Investimentos em expansões de empreendimentos e reinvestimentos:	
- Reinvestimentos em shopping centers	57,5
- Outros investimentos	152,8
Fontes	210,3
Retenção de lucros	84,9
Outras fontes de financiamento	125,4

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a) Informar o montante destinado à reserva; b) Explicar a natureza da destinação:

A Companhia não possui reserva de incentivos fiscais.

ANEXO 3 – Item 3 da Proposta da Administração – Definição do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia

A Companhia propõe que seu Conselho de Administração seja composto por 6 (seis) membros, com base nos limites previstos no Estatuto Social da Companhia.

ANEXO 4 – Item 4 da Proposta da Administração – Eleição dos membros do Conselho de Administração

12.5/6. Composição e experiência profissional da administração proposta

Nome	Data de Nascimento	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Número de mandatos consecutivos	Data de posse	Eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	21/06/1946	20–Presidente do Conselho de Administração	19/04/2018	AGO 2020
000.365.013-87	Economista	6 mandatos (desde 08/11/2006)	19/04/2020	Sim
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.				
Carlos Jereissati	04/09/1971	33–Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente	19/04/2018	AGO 2020
146.626.458-67	Administrador	6 mandatos (desde 02/01/2007)	19/04/2020	Sim
Integra a Diretoria Executiva como Diretor Presidente e Diretor de Novos Negócios. Diretor Presidente: (i) Data da eleição 27/04/2015; (ii) Data de posse 27/04/2015; (iii) Prazo do mandato 27/04/2018. Diretor de Novos Negócios: (i) Data da eleição 08/03/2016; (ii) Data da posse 08/03/2016; (iii) Prazo do mandato 27/04/2018.				
Pedro Jereissati	24/05/1978	22–Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2018	AGO 2020
273.475.308-14	Administrador	1 (desde 25/04/2016)	19/04/2020	Sim
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.				
Sidnei Nunes	28/09/1959	22–Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2018	AGO 2020
011.355.928-37	Administrador	6 mandatos (desde 2006)	19/04/2020	Sim
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.				
José Castro Araujo Rudge	25/09/1957	27–Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/04/2018	AGO 2020
033.846.588-09	Engenheiro	2 (desde 15/10/2015)	19/04/2020	Sim
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.				

Pedro Santos Ripper	18/07/1973	27–Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/04/2018	AGO 2020
012.277.917-71	Engenheiro	0 mandatos (desde 19/04/2018)	19/04/2020	Sim
Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - 000.365.013-87

Presidente do Conselho de Administração. Formado em Economia em 1968 pela Universidade Mackenzie, de São Paulo. É presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 1979. É membro do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. desde 1998 e da Tele Norte Leste Participações S.A. desde 1998, ambas companhias do setor de telecomunicação. Foi conselheiro da BM&FBOVESPA, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cia. Vidraçaria Santa Maria (Grupo Saint Gobain), membro do Conselho de Diretores da Amerigel S.A., Presidente do Conselho Deliberativo da ABRASCE e membro do Conselho Consultivo do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI.

O Sr. Carlos Francisco Jereissati, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Carlos Jereissati - 146.626.458-67

Conselheiro de Administração e Diretor Presidente. Formado em Administração de Empresas pela FGV/CEAG - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, em 1993. Iniciou a sua carreira na Companhia em 1994. Desde 2005, ocupa a posição de Diretor Presidente da Companhia, sendo principalmente responsável por decidir e implementar a estratégia da companhia, dentre outras atividades. Foi presidente da ABRASCE - Associação Brasileira de *Shopping Centers* - entre 2002 e 2004. É membro do ICSC – International Council of *Shopping Centers*, do ULI - Urban Land Institute e membro conselheiro do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI. Com exceção da própria Companhia, nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia.

O Sr. Carlos Jereissati, membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente da Companhia, declarou, para todos os fins de direito, que, nos últimos 05 anos, não sofreu nenhuma condenação criminal. Também não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissionais ou comercial qualquer, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Pedro Jereissati - 273.475.308-14

Conselheiro de Administração. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP em 2000, com mestrado em Administração de Empresas (MBA) em 2005 pela Kellogg School of Management da Northwestern University, em Chicago, Estados Unidos. Atuou no Grupo de 1995 a 2014, começou a sua trajetória profissional na área de operações do Grupo Jereissati, especificamente no Iguatemi São Paulo. Em 1998, após a aquisição do controle da Tele Norte Leste Participações S.A. (companhia incorporada pela Oi S.A. conforme reorganização societária em fevereiro de 2012), pelo Grupo Jereissati, foi transferido para a empresa de telecomunicações do Grupo Jereissati, a LF Tel S.A. Em 2001 assumiu a posição de Diretor de Novos Negócios da Companhia. Em 2003, foi indicado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Entre 2014 e fevereiro de 2016 atuou como sócio do Banco BTG Pactual e após esse

período retornou para a diretoria do Grupo Jereissati.

O Sr. Pedro Jereissati, membro do Conselho de Administração da Companhia, eleito em 30 de abril de 2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sidnei Nunes - 011.355.928-37

Conselheiro de Administração. Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, com Mestrado em Finanças (MBA) pela Universidade de São Paulo - USP. É um executivo voltado para área financeira, tendo atuado na área de Finanças e Controladoria por 28 anos. Ingressou na Jereissati Participações S.A. (controladora da Companhia) em junho de 1989, onde exerceu o cargo de Controller por 06 anos e desde setembro de 1995, Sr. Nunes é Diretor da Jereissati Participações S.A., responsável pela direção administrativa e financeira da Companhia. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2010 e membro do Conselho de Administração do Grande Moinho Cearense S.A., cuja atividade principal é a moagem de trigo para a produção de farinha. O Sr. Nunes nos últimos dez anos, tem participado como membro de Conselhos de Administração e Fiscal de diversas Companhias e seguimentos.

O Sr. Sidnei Nunes, membro do Conselho de Administração da Companhia, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Castro Araujo Rudge - 033.846.588-09

Conselheiro Independente de Administração. Formado pela FAA em Administração de Empresa. Histórico profissional (i) 1976: Técnico Administrativo e Área Comercial – Sul América Cia. de Seguros; (ii) 1979 a 1985: Superintendente Área Comercial – Sul América Cia. de Seguros; (iii) 1985 a 1987: Diretor Regional São Paulo – Bradesco Cia de Seguros; (iv) 1987: Diretor Comercial - Nacional Cia de Seguros; (v) 1994: Presidente – Nacional Cia de Seguros; (vi) 1996: Presidente – Unibanco Seguros S.A; (vii) 2000: Presidente – Unibanco AIG S/A Seguros e Previdência; (viii) 2004: Vice-Presidente de Pessoas e Comunicação do UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros; (ix) 2008 a 2015: Vice Presidente de Pessoas, Marketing, Relações, Institucionais, Compras, Premisses e Custos do Itaú Unibanco. Como outras participações e/ou atividades: Membro Conselho Fenaseg, Vice-Presidente Creche Lar Mãe do Salvador, Membro Conselho Instituto Criar, Membro Conselho do IRB, Membro do Conselho Falconi, Membro do Conselho Porto Seguro, Membro do Conselho Grupo Lar, Membro do Conselho Iguatemi.

O Sr. José Castro Araujo Rudge não sofreu nenhuma condenação criminal. Também não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha suspensa ou inabilitada para a prática de uma atividade profissionais ou comercial, estando assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Pedro Santos Ripper - 012.277.917-71

Conselheiro Independente de Administração. Formado em Engenharia de Computação pela PUC do Rio em 1996 e Mestre em Engenharia de Software conjunto pela PUC do Rio e pelo MIT (Media Lab) nos EUA em 1998. Concluiu também o Advanced Management Program pela Harvard Business School nos EUA em 2007. Foi Diretor da consultoria de gestão e estratégia em tecnologia e telecom pela DiamondCluster em Barcelona, Diretor Executivo do grupo Promon Tecnologia e Presidente da Operação da Cisco Systems no Brasil. Foi também vice-presidente da Oi S.A., aonde liderou diversas áreas como estratégia, novos negócios, tecnologia, inovação e M&A. Nos últimos 5 anos mudou o foco de sua carreira para empreender e investir em empresas de Tecnologia. Hoje é presidente e sócio da Bemobi, empresa de origem brasileira que se globalizou atuando em 40 países na distribuição de aplicativos móveis. É também sócio e presidente do conselho da Mobicare. Adicionalmente é Conselheiro Independente da Positivo Informática S.A. (B3: POSI3) desde 2004 e da Globenet desde 2015.

O Sr. Ripper declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Não existem comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Jereissati Participações S.A.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93	
Conselheiro de Administração e Diretor Presidente				
<u>Observação:</u> -				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Jereissati Participações S.A.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Erika Jereissati Zullo	135.520.678-25	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93	
Diretora de Mix e Varejo				

Observação: -

Administrador do emissor ou controlada

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati 000.365.013-87 Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. 51.218.147/0001-93 Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Jereissati Participações S.A.

Pessoa relacionada

Pedro Jereissati 273.475.308-14 Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. 51.218.147/0001-93
Conselheiro de Administração da Companhia

Observação: -

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Exercício Social 31/12/2017

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora Jereissati Participações S.A.	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Carlos Jereissati É Diretor Presidente e Conselheiro de Administração da Companhia.	146.626.458-67		
Observações: -			
Administrador do Emissor			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladrea Jereissati Participações S.A.

Pessoa Relacionada

Pedro Jereissati 273.475.308-14

É Diretor da Jereissati Participações S.A.

Observações: -

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati 000.365.013-87 Controle Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora Jereissati Participações S.A.

Pessoa Relacionada

Erika Jereissati Zullo 135.520.678-25

É Diretora da Jereissati Participações S.A.

Observações: -

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati 000.365.013-87 Prestação de serviço Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora Jereissati Participações S.A.

Pessoa Relacionada

Sidnei Nunes 011.355.928-37

É membro do Conselho de Administração da Grande Moinho Cearense S/A, e Diretor da Jereissati Participações S.A., controladora da Companhia.

Observações: -

Exercício Social 31/12/2016

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Jereissati Participações S.A.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Carlos Jereissati	146.626.458-67		
É Diretor Presidente e Conselheiro de Administração da Companhia, além de ser Diretor Presidente da Jereissati Participações S.A.			
<u>Observações:</u> -			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Jereissati Participações S.A.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Pedro Jereissati	273.475.308-14		
É Diretor da Jereissati Participações S.A.			
<u>Observações:</u> -			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Jereissati Participações S.A.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

Erika Jereissati Zullo 135.520.678-25

É Diretora da Jereissati Participações S.A.

Observações: -

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati 000.365.013-87 Prestação de serviço Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Jereissati Participações S.A.

Pessoa Relacionada

Sidnei Nunes 011.355.928-37

É membro do Conselho de Administração da La Fonte Telecom, LFTEL S/A, Grande Moinho Cearense S/A, e Diretor do Grupo Jereissati nas empresas Jereissati Participações S.A., La Fonte Telecom S.A. e LF TEL S.A. desde setembro de 1995. A Jereissati Participações é controladora da Companhia e a La Fonte Telecom S.A., a LF Tel S.A. e a Contax S.A fazem parte do grupo econômico da Controladora.

Observações: -

Exercício Social 31/12/2015

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Jereissati Participações S.A.			
Pessoa Relacionada			
Carlos Jereissati	146.626.458-67		
É Diretor Presidente e Conselheiro de Administração da Companhia, além de ser Diretor Presidente da Jereissati Participações S.A.			

Observações: -

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati 000.365.013-87 Controle Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Jereissati Participações S.A.

Pessoa Relacionada

Pedro Jereissati 273.475.308-14
É Diretor da Jereissati Participações S.A.

Observações: -

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati 000.365.013-87 Controle Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Jereissati Participações S.A.

Pessoa Relacionada

Erika Jereissati Zullo 135.520.678-25
É Diretora da Jereissati Participações S.A.

Observações: -

Administrador do Emissor

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati 000.365.013-87 Prestação de serviço Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Jereissati Participações S.A.

Pessoa Relacionada

Sidnei Nunes 011.355.928-37
É membro do Conselho de Administração da Companhia e também da La Fonte Telecom, LFTEL S/A, Grande Moinho Cearense S/A, e Diretor do Grupo Jereissati nas empresas Jereissati Participações S.A., La Fonte Telecom S.A. e LF TEL S.A. desde setembro de 1995. A partir de abril de 2009, foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal da CONTAX Participações S.A. A Jereissati Participações é controladora da Companhia e a La Fonte Telecom S.A., a LF Tel S.A. e a Contax S.A fazem parte do grupo econômico da Controladora.

Observações: -

ANEXO 5 – Item 5 da Proposta da Administração – Aprovação da remuneração global dos Administradores (Item 13 do Formulário de Referência)

A Remuneração total para o Exercício Social de 2017 foi de R\$ 24.682 mil, sendo que R\$ 1.164 mil é a remuneração para o Conselho de Administração, R\$ 23.197 mil da Diretoria Estatutária e R\$ 321 mil do Conselho Fiscal.

A Remuneração total proposta para o Exercício Social de 2018 é de R\$ 24.113 mil, sendo que R\$ 1.248 mil é a remuneração para o Conselho de Administração e R\$ 22.864 mil é remuneração para a Diretoria Estatutária.

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

O objetivo da política e prática de remuneração da Iguatemi é atrair e reter profissionais qualificados. Com o Plano Iguatemi de Bonificação, a Companhia busca alinhar os interesses dos colaboradores com o da Companhia, através de metas de curto e de longo prazo.

Até 2017, com o Programa de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), a Companhia buscava conceder aos elegíveis ao Programa a oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos demais acionistas e o nosso próprio interesse, bem como o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

Em 2018, a Companhia submeteu para aprovação de seus acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) a ser realizada em 28 de março de 2018, o novo Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”). Este plano permite a outorga de Ações Restritas aos Colaboradores Elegíveis com vistas a, principalmente, (a) estimular a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (b) estimular a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) suportar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (d) ampliar a atratividade da Companhia e de suas Controladas. Todos os detalhes do plano podem ser encontrados na Proposta de Administração da AGE publicado em 13/03/2018 via módulo IPE (protocolo: 020494201803281203201818142211201).

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com o padrão de mercado e visa à atração e retenção de profissionais que agreguem para os resultados da Companhia. Os membros do Conselho de Administração eram elegíveis ao Plano de Opção até 2017, a critério da Companhia, e são elegíveis ao novo Plano de Ações Restritas a partir de 2018 (uma vez aprovado na AGE de 28/03/2018), também a critério da Companhia.

b) Diretoria

A remuneração de nossos Diretores estatutários e não estatutários é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada um em relação a outros executivos da nossa Companhia.

A remuneração fixa objetiva: (i) a motivação, com o objetivo primordial a geração de valor para a Companhia, e (ii) otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos visando a atrair e a reter profissionais capacitados e considerados "chave" para a sustentabilidade de seus negócios, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado com quem atua.

Além da remuneração fixa, possuímos o Plano Iguatemi de Bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e metas operacionais. Todos os nossos colaboradores são elegíveis ao referido Plano, exceto os membros do nosso Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. O funcionamento do referido Plano se dá a partir de nossas metas globais, que uma vez cumpridas, possibilitam a elegibilidade dos colaboradores, que recebem uma nota ponderada entre a performance da Companhia e a performance individual, nota esta utilizada para determinar os valores distribuídos. O Plano também conta com uma parcela discricionária. O Plano Iguatemi de Bonificação foi remodelado no início de 2009 para alinhar o modelo de remuneração da Companhia às expectativas do mercado, inserindo objetivos de curto, médio e longo prazo.

Além de participação nos resultados, os membros da Diretoria estatutária e não estatutária também são elegíveis a um incentivo de longo prazo. Até 2017, tal incentivo era realizado através do Plano de Opção, e a partir de 2018 será realizado através do novo Plano de Ações Restritas (uma vez aprovado na AGE de 28/03/2018).

A Diretoria estatutária e não estatutária também recebem como benefícios: previdência privada, carro, estacionamento, plano de saúde, vale alimentação e seguro de vida com o objetivo de atrair e reter os profissionais, além de acompanhar as práticas de mercado.

c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, fazem jus apenas à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com o padrão de mercado.

d) Comitês

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possuía Comitês instalados.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento da remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração pode variar uma vez que: (a) o Plano de Opção (válido até 2017) é contabilizado de acordo com o CPC 10 e leva em consideração o prazo de maturidade das opções; (b) o Plano de Ações Restritas (quando aprovado em AGE – 28/03/2018) será contabilizado levando em consideração o preço da ação em um determinado espaço de tempo; e (c) o Plano de Bonificação (apenas para a Diretoria) é atrelada a metas individuais e da Companhia, que podem ou não ser cumpridas.

Abaixo descrevemos a proporção para o Exercício Social de 2017, de acordo com o orçamento previsto.

Diretoria:

- Remuneração Fixa Anual: 49,8%

- Remuneração Variável: 35,9%
- Pós-emprego: 0,8%
- Remuneração baseada em ações: 13,5%

Conselho de Administração:

- Remuneração fixa: 100,0%
- Remuneração baseada em ações: 0,0%

Conselho Fiscal:

- Remuneração fixa: 100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Anualmente, efetuamos o reajuste das faixas salariais da remuneração fixa em conformidade com a legislação trabalhista e na data base dos dissídios coletivos inerentes à categoria dos empregados. Adicionalmente, concedemos reajustes salariais nas remunerações fixas por mérito, promoção, enquadramento ou equiparação, sempre baseados no desempenho do colaborador, nível e posição na faixa salarial. A política é válida para todos os colaboradores da Companhia, incluindo Diretoria Estatutária e não Estatutária. Para a definição da faixa salarial de cada colaborador, a Companhia baseia-se na média das remunerações praticadas no mercado, para funções comparáveis, de acordo com estudos esporádicos realizados por consultoria independente. Para o ano de 2010, por exemplo, a Companhia contratou o Hay Group para realização deste estudo, que é o utilizado como base pela administração para mensurar o reajuste que será aplicado.

Os benefícios são tipicamente ajustes pela inflação, mas também são revistos esporadicamente através dos estudos realizados por consultoria independente, na forma descrita no parágrafo acima.

A remuneração variável é paga em número de salários e, portanto, acompanha o reajuste da remuneração fixa (mas depende fundamentalmente do desempenho, mensurado através de um sistema de KPIs - Key Performance Indicators).

Para o Plano de Opção, utilizado até 2017 como mecanismo de incentivo de longo prazo, era negociado com o funcionário em número de ações e o montante acompanhava a valorização de mercado das ações da Companhia. Para o Plano de Ações Restritas, utilizado a partir de 2018 (um vez aprovado na AGE de 28/03/2018), serão criados programas anuais, e o Comitê de Remuneração da Companhia definirá um determinado número de ações restritas a serem distribuídas entre os Participantes.

Para membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, a remuneração fixa é aprovada todo ano em Assembleia Geral Ordinária e os montantes são reajustados de acordo com os valores praticados no mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica remuneração fixa de acordo com o mercado e concentra uma parcela da remuneração total nos componentes variáveis com o objetivo de motivar os funcionários e administradores a atingir as metas da Companhia e alinhar o modelo de remuneração da Companhia às expectativas do mercado, inserindo objetivos de curto, médio e longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada um em relação aos demais funcionários, a fim de manter o equilíbrio interno da nossa Companhia.

Para o Plano Iguatemi de Bonificação, o pagamento está atrelado ao EBITDA atingido pela Companhia no ano em referência. Para que haja distribuição em decorrência do Plano, deverá ser alcançado percentual mínimo previamente estabelecido do EBITDA orçado para o ano em questão. A partir do atingimento do referido percentual, o múltiplo de salários a ser pago aos colaboradores elegíveis depende da nota da Companhia, nota individual e parcela discricionária. A nota da Companhia depende de vários fatores como metas de rentabilidade, novos negócios implementados ao longo do ano, novos negócios divulgados ao longo do ano e pesquisa de clima realizada junto aos colaboradores.

O Plano de Opção, utilizado até 2017 como incentivo de longo prazo, era administrado por nosso Conselho de Administração, que pode, a seu exclusivo critério, outorgar opções de compra a nossos administradores, empregados e prestadores de serviço.

O Plano de Ações Restritas, submetido para aprovação em AGE (28/03/2018), é administrado pelo Conselho de Administração, que referendará aqueles que farão jus aos incentivos que venham a ser outorgados indicados pelo Comitê de Remuneração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como participação nos resultados e a quantidade de opções outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado. O Plano também conta com uma parcela discricionária. O Plano Iguatemi de Bonificação foi remodelado no início de 2009 para alinhar o modelo de remuneração da Companhia às expectativas do mercado, inserindo objetivos de curto prazo (ex: metas de rentabilidade), médio prazo (ex: metas de novos negócios implementados ao longo do ano) e de longo prazo (ex: metas de novos negócios divulgados ao longo do ano).

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A política de remuneração da Companhia possui como diretriz o Plano Iguatemi de Bonificação e um plano de incentivo de longo prazo (plano de Opção até 2017 e Plano de Ações Restritas a partir de 2018, uma vez aprovado na AGE de 28/03/2018):

Plano Iguatemi de Bonificação: Este programa utiliza um sistema de KPIs (Key Performance Indicators) para determinar o pagamento dos bônus de final de ano. O funcionamento do referido Plano se dá a partir de nossas metas globais, que uma vez cumpridas, possibilitam a elegibilidade dos colaboradores, que recebem uma nota ponderada entre a performance da Companhia e a performance individual, nota esta utilizada para determinar os valores distribuídos.

Programa de Opção de Compra de Ações (utilizado até 2017): Este programa alinha os interesses dos executivos aos objetivos de longo prazo ao alinhar parte de sua remuneração ao desempenho futuro das ações

da Companhia. O programa concede aos executivos opções que poderão ser exercidas em cinco lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do total das opções concedidas, a partir da data da assinatura dos contratos de opção por um prazo de 7 anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (a ser aprovado em AGE – 28/03/2018): Este Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos Colaboradores Elegíveis selecionados pelo Comitê e aprovados pelo Conselho de Administração, com vistas a, principalmente: (a) estimular a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (b) estimular a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) suportar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (d) ampliar a atratividade da Companhia e de suas Controladas.

O formato da remuneração acima descrito busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes. Buscamos obter tal alinhamento por meio das seguintes perspectivas:

- (i) No curto prazo: salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado;
- (ii) No médio prazo: pagamento de participação nos nossos resultados e bônus, de acordo com o cumprimento de metas pré-estabelecidas; e
- (iii) No longo prazo: outorga de opções de compra de nossas ações (até 2017) e outorga de ações restritas (a ser aprovado em AGE – 28//03/2018) aos membros de nossa administração.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou conselheiros em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nestas empresas. Para maiores informações, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2018)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	5	0	11,33
Nº de membros remunerados	6,33	5	0	11,33

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.040.400,00	9.688.467,27	-	10.728.867,27
Benefícios direto e indireto	-	370.546,00	-	370.546,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	208.080,00	1.325.931,83	-	1.534.011,83
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	8.207.759,21	-	8.207.759,21
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	191.640,32	-	191.640,32
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	3.080.117,31	-	3.080.117,31
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	1.248.480,00	22.864.461,94	-	24.112.941,94

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	3	15
Nº de membros remunerados	7	5	2	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	970.000,00	9.406.278,90	267.692,00	10.643.970,90
Benefícios direto e indireto	-	359.753,40	-	359.753,40
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	194.000,00	1.287.312,46	53.538,40	1.534.850,86
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	5.383.988,88	-	5.383.988,88
Participação em reuniões	-	-	-	-

Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	186.058,56	-	186.058,56
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	6.573.928,18	-	6.573.928
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	1.164.000,00	23.197.320,38	321.230,40	24.682.550,78

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	5,17	3	15,5
Nº de membros remunerados	7,33	5,17	2	14,5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	495.000,00	9.296.988,79	222.092,00	10.014.080,79
Benefícios direto e indireto	-	328.769,13	-	328.769,13
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	99.000,00	1.317.202,66	44.418,40	1.460.621,06
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	4.148.448,34	-	4.148.448,34
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	175.641,18	-	175.641,18
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	2.873.100,40	-	2.873.100
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	594.000,00	18.140.150,50	266.510,40	19.000.660,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	6	3	20

Nº de membros remunerados	8	6	3	20
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	629.040,00	9.157.994,55	207.108,00	9.994.142,55
Benefícios direto e indireto	-	358.794,37	-	358.794,37
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	125.808,00	1.523.945,21	41.421,60	1.691.174,81
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	4.023.941,69	-	4.023.941,69
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	190.532,01	-	190.532,01
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	1.291.465,00	-	1.291.465,00
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	754.848,00	16.546.672,83	248.529,60	17.550.050,43

Anexo

a) REMUNERAÇÃO PREVISTA E REALIZADA PARA 2017, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

i. Art. 12, inciso I:

A Companhia esclarece que a Proposta de Remuneração apresentada se refere ao Exercício Social de 2017. Abaixo seguem os quadros com valores aprovados na proposta anterior e valores efetivamente realizados.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2017- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	5	3	15
Nº de membros remunerados	7	5	3	15
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.152.000,00	9.816.342,27	588.980,54	11.557.322,81
Benefícios direto e indireto	-	346.191,05	-	346.191,05
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	230.400,00	1.364.248,30	117.796,11	1.712.444,41

Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	8.961.850,65	-	8.961.850,65
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	150.998,38	-	150.998,38
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	2.869.026,50	-	2.869.026,50
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	1.382.400,00	23.508.657,16	706.776,64	25.597.833,80

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	3	15
Nº de membros remunerados	7	5	2	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	970.000,00	9.406.278,90	267.692,00	10.643.970,90
Benefícios direto e indireto	-	359.753,40	-	359.753,40
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	194.000,00	1.287.312,46	53.538,40	1.534.850,86
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.	Contribuição para o INSS, que é ônus da Companhia e reconhecido em seu resultado.
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	5.383.988,88	-	5.383.988,88
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	186.058,56	-	186.058,56

Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	6.573.928,18	-	6.573.928
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	1.164.000,00	23.197.320,38	321.230,40	24.682.550,78

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente (2018) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	5	0	11,33
Nº de membros remunerados	0	5	0	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	2.735.919,74	N/A	2.735.919,74
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	8.207.759,21	N/A	8.207.759,21
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	N/A	5.471.839,47	N/A	5.471.839,47

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	3	15
Nº de membros remunerados	0	5	0	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	2.987.283,55	N/A	2.987.283,55
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	8.961.850,65	N/A	8.961.850,65
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	N/A	5.974.567,10	N/A	5.974.567,10
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	N/A	5.383.988,88	N/A	5.383.988,88

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	5,17	3	15,5
Nº de membros remunerados	0	5	0	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	2.831.548,39	N/A	2.831.548,39
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	8.494.645,17	N/A	8.494.645,17

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	N/A	5.663.096,78	N/A	5.663.096,78
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	N/A	4.148.448,34	N/A	4.148.448,34

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2015 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração		Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	6	3	20
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	2.360.154,92	N/A	1.803.901,62
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	N/A	7.080.464,76	N/A	5.411.704,86
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	N/A	4.720.309,84	N/A	3.607.803,24
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	N/A	4.023.941,69	N/A	4.023.941,69

Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") – válido até 2017:

O Plano de Opção era administrado por nosso Conselho de Administração, ou por opção deste último, por um Comitê, composto por três membros, sendo pelo menos um deles, necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração, que podia, a seu exclusivo critério, outorgar opções de compra a nossos administradores, empregados e prestadores de serviço.

O Conselho de Administração podia, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano de Opção, (ii) estabelecer regulamentação aplicável aos casos omissos, (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes, (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes, de acordo com o item 11.2 do Plano de Opção.

As opções de compra de ações oferecidas nos termos do Plano de Opção representavam, em cada ano, o máximo de 3% do total de ações do nosso capital social existentes na data de lançamento de cada programa, acrescidas das ações existentes caso as opções de compra tenham sido exercidas.

O Conselho de Administração, conforme o caso, criaria periodicamente Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas") onde serão definidos: (i) os beneficiários do Programa, (ii) o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o qual poderá ser dividido em lotes, (iii) o preço de exercício, (iv) os prazos para o exercício da opção e (v) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidade.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixaria os termos e condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opções ("Contrato de Outorga") a serem celebrados entre nós e cada beneficiário. O Contrato de Outorga deveria definir pelo menos as seguintes condições:

- (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;
- (ii) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (iii) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- (iv) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção e respectivo Programa.

Por fim, o prazo de vigência do Plano de Opção era indeterminado, podendo ser extinto a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração.

Programa 2012: As opções de compra de ações do Programa de Opção de Compra de Ações ("Programa 2012") podiam ser exercidas em cinco lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do total das opções concedidas, a partir de um ano da data da assinatura dos contratos de opção por um prazo de 7 anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato. O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2012 era de R\$ 36,00 por ação, correspondente ao preço médio de nossas ações nos últimos 30

pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2012. O desdobramento ocorrido em 17/10/2012 na proporção de 1 para 2 alterou o valor das ações para R\$ 18,00, duplicando a quantidade de ações em cada lote. Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não teriam preferência no exercício da opção de compra de ações.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

O Plano consiste na outorga de ações ordinárias de emissão da Companhia aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e/ou de suas Controladas.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual, observadas as disposições legais pertinentes, contará com o Comitê de Remuneração para assessorá-lo na gerência do Plano, notadamente na indicação nominal dos futuros Participantes. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: a) criar e aplicar normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas, nos termos do Plano, e solucionar dúvidas de interpretação do Plano; b) definir os Participantes, observando estritamente as indicações do Comitê e autorizar a outorga de Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como modificar tais condições quando necessário ou conveniente; c) autorizar a alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas nos termos do Plano e observados os termos e condições da ICVM 567/15; d) definir, dentro dos parâmetros deste Plano, os Programas anuais; e) tomar quaisquer outras providências que sejam necessárias para a administração do Plano; e f) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral.

Dentre os Colaboradores Elegíveis, o Conselho de Administração da Companhia referendará aqueles que farão jus aos incentivos que venham a ser outorgados no âmbito do Plano. Para se tornar Participante do Programa, o Colaborador Elegível deve ser formalmente indicado pelo Comitê de Remuneração ao Conselho de Administração, nos termos definidos neste Plano. O Comitê apresentará ao Conselho de Administração os requisitos adotados para a definição dos Participantes de cada Programa, de acordo com os critérios que julgar necessários para a concretização dos objetivos do Plano. Adicionalmente, como condição essencial para que a sua indicação seja considerada como válida e vinculativa, o Colaborador Elegível indicado como Participante deverá assinar o Contrato de Outorga, aderindo expressamente ao Plano e respectivo Programa e declarando-se ciente de todos os seus termos e condições, inclusive das restrições nele contidas.

O Plano será composto por Programas Anuais. Neste sentido, a cada ano de vigência do Plano, poderá ser criado, pelo Conselho de Administração, um Programa que, se implementado, deverá ser estruturado com base nos critérios definidos neste Plano e em diretrizes que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral. Competirá exclusivamente ao Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê, decidir sobre a oportunidade e conveniência de implementar ou não os referidos Programas em cada ano de vigência do Plano, respeitadas eventuais diretrizes que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral.

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, o número máximo de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente estará limitado a 0,5% das ações representativas do capital social total da Companhia. Da mesma forma o número total de Ações Restritas não plenamente adquiridas, na somatória de todos os Programas ativos do Plano, não excederá 2,0% das ações representativas do capital social total da Companhia.

b. principais objetivos do plano

O objetivo do Plano de Opção (válido até 2017) e do Plano de Ações Restritas (válido a partir de 2018, uma vez aprovado na AGE de 28/03/2018) é conceder aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia a oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos demais acionistas e o nosso próprio interesse, bem como o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os administradores e funcionários se tornem acionistas da Companhia em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O Plano de Opção (válido até 2017) e o Plano de Ações Restritas (válido a partir de 2018, uma vez aprovado na AGE de 28/03/2018) estimulam os beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos, a buscar a valorização imediata das ações, permitindo ganhos adicionais ao salário pré-estabelecido, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio destes modelos, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas.

Ainda, tais modelos de incentivo de longo prazo são utilizados como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Tanto o Plano de Opção como o Plano de Ações Restritas inserem-se na política de remuneração dos administradores e executivos em componentes variáveis, atrelando uma parte da remuneração dos executivos ao desempenho da Companhia e ao atingimento de metas e performance individual, além de oferecer um atrativo de ganho adicional ao salário com a valorização das ações. De fato, uma parcela significativa da remuneração concentra-se em incentivos que visam compartilhar o risco e constituir um incentivo ao bom resultado individual dos seus principais executivos, além de comprometimento com metas empresariais.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Tanto o Plano de Opção como o plano de Ações Restritas alinham o interesse do beneficiário, da Companhia e dos acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações da Companhia. Por tais planos, a Companhia busca estimular a melhoria na sua gestão e a permanência de administradores e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

Ainda, os planos de incentivo de longo prazo visam atrair e manter executivos de alto nível, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos nos planos.

f. número máximo de ações abrangidas

Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") – válido até 2017:

As opções de compra de ações oferecidas nos termos do Plano de Opção representavam, em cada outorga o máximo de 3% do total de ações do nosso capital social existentes na data de lançamento de cada programa, acrescidas das ações existentes caso as opções de compra houvessem sido exercidas.

No Programa 2012, foram outorgadas opções correspondentes a 2,07% do total de ações do capital da Companhia em 31 de março de 2012 (data do Programa 2012), correspondente a 1.639.000 ações de nossa emissão, no caso do exercício da totalidade das opções concedidas nos termos do Programa 2012. Com posterior desdobramento para 3.278.000 ações.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas") – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, o número máximo de ações restritas que poderão ser outorgadas anualmente estará limitado a 0,5% das ações representativas do capital social total da Companhia. Da mesma forma o número total de ações restritas não plenamente adquiridas, na somatória de todos os Programas ativos do Plano, não excederá 2,0% das ações representativas do capital social total da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") – válido até 2017:

As opções representarão, em cada ano, o máximo de 3% do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano de Opção houvessem sido exercidas.

Não existe número máximo de outorga definido nos Programas de 2008 e 2012. O número de beneficiários (opções outorgadas) para o Programa de 2012 é de 27.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas") – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, o número máximo de ações restritas que poderão ser outorgadas anualmente estará limitado a 0,5% das ações representativas do capital social total da Companhia. Da mesma forma o número total de ações restritas não plenamente adquiridas, na somatória de todos os Programas ativos do Plano, não excederá 2,0% das ações representativas do capital social total da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") – válido até 2017:

A opção poderia ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Contrato de Opção. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato de Opção dentro dos prazos e nas condições estipuladas neles, ressalvadas hipóteses previstas no Plano de Opção. Os beneficiários estavam sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

No âmbito do Programa 2012, as opções concedidas poderiam ser exercidas pelo beneficiário a partir de 1 ano contado da data de assinatura do Contrato de Outorga, em 5 lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do total da opção concedida.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

Para cada Programa, o Comitê de Remuneração, de acordo com o Plano e respeitadas eventuais diretrizes que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral, definirá um determinado número de Ações Restritas a serem distribuídas entre os Participantes. Caberá ainda ao Comitê definir, em cada Programa, a quantidade de Ações Restritas a que cada Participante terá direito. Sem prejuízo ao acima disposto, o número de Ações Restritas a serem outorgadas aos Participantes será apurado conforme abaixo:

- (i) Os Participantes do Programa terão direito a, no mínimo, 15% (quinze por cento) sobre a participação nos resultados, bônus de contratação e outras verbas (não incluindo salário) para, opcionalmente: (i) compra de Ações Restritas da Companhia, ao preço que será estipulado em cada Programa; ou (ii) recebimento do equivalente em dinheiro, sendo o valor integralmente disponibilizado na mesma data da data da Outorga;
- (ii) Em sendo exercida a hipótese (i) acima, para cada Ação Restrita adquirida, a Companhia outorgará ao Participante, de acordo com diretriz e liberalidade do Comitê, o múltiplo de 0 (zero) a 6 (seis) Ações Restritas, sob as quais terá o direito plenamente adquirido em 3 (três) parcelas anuais iguais, em cada um dos aniversários da Data de Outorga, desde que cumprido o Período de Bloqueio previsto no plano.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) – válido até 2017:

Nos termos do Plano de Opção, o preço de exercício das opções, caso optássemos por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções, seria determinado pelo Conselho de Administração e seria equivalente ao valor médio das ações de emissão da Companhia nos últimos 30 pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data da concessão das opções. Ainda nos termos do Plano de Opção, no caso de IPO realizado até 60 dias antes da outorga das opções, o preço de exercício seria o preço fixado na emissão das ações provenientes do IPO.

O Conselho de Administração, conforme o caso poderia determinar, quando do lançamento de cada Programa, que fosse concedido aos beneficiários um desconto de até 10% no Preço do Exercício. A concessão de desconto em determinado Programa não obrigaria a concessão de desconto, ou do mesmo percentual, nos Programas posteriores.

Para o Programa 2012, o preço de exercício das opções de compra de ações foi de R\$ 36,00 por ação no ato da assinatura do contrato, correspondente ao preço médio das ações nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2012, passando para R\$ 18,00 após o desdobramento de 1 para 2 ocorrido em 17/10/2012.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

O preço de compra de Ações Restritas da Companhia será estipulado pelo Conselho de Administração em cada Programa.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") – válido até 2017:

Nos termos do Plano de Opção, as opções concedidas poderiam ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Contratos de Opção. Adicionalmente, se a opção fosse exercida parcialmente, o beneficiário poderia exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato de Outorga dentro do prazo e nas condições neles estipuladas, ressalvadas as hipóteses de desligamento previstas no Plano de Opção.

As opções de compra de ações do Programa 2012 podem ser exercidas em cinco lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do total das opções concedidas, a partir de um ano da data da assinatura dos contratos de opção por um prazo de 7 anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato.

O prazo fixado objetiva que os beneficiários dos Planos se comprometam com os objetivos de longo prazo da Companhia. Por isso, a Administração da Companhia estabeleceu o prazo de 7 anos para prazo dos Programas.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas") – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou a sua respectiva Controlada durante o período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas proporções abaixo mencionadas:

- (i) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga;
- (ii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e
- (iii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Participante.

k. forma de liquidação

Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") – válido até 2017:

As ações a serem entregues aos beneficiários poderão ser recompradas no mercado, não havendo aumento de capital para exercício do Plano de Opção, através da emissão de novas ações, ou mediante a entrega de ações em tesouraria, a nosso critério.

O exercício poderá ser feito total ou parcialmente e o montante deverá ser pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

As ações a serem entregues aos beneficiários poderão ser recompradas no mercado, não havendo aumento de capital para exercício do Plano de Ações Restritas, através da emissão de novas ações, ou mediante a entrega de ações em tesouraria, a nosso critério.

I. restrições à transferência das ações

Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) – válido até 2017:

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, o beneficiário só poderá vender, transferir, ou, de qualquer forma, alienar as ações de emissão da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição de ações, se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de ações, o qual nunca será superior a um ano.

Não há, para qualquer programa, período de indisponibilidade das ações, sendo que as ações decorrentes do exercício das opções concedidas no âmbito destes programas poderão ser transferidas livremente.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

As Ações Restritas outorgadas nos termos deste Plano e seus Programas são pessoais e intransferíveis, não podendo o Participante, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Ações Restritas, os direitos ou as obrigações a elas inerentes, salvo na hipótese de sucessão decorrente de falecimento do Participante. Neste caso, as Ações Restritas poderão ser adquiridas pelos herdeiros ou sucessores.

As Ações Restritas utilizadas pelo Participante para fazer jus ao Programa ficarão bloqueadas e não poderão ser alienadas, cedidas, dadas em garantia, permutadas, alugadas ou de qualquer outra forma transferidas a terceiros até que o respectivo Período de Bloqueio seja concluído. Na hipótese de alienação, cessão, dação em garantia, aluguel, permuta ou qualquer outra forma de transferência das referidas Ações Restritas a terceiros enquanto as Ações Restritas correspondentes permanecerem Ações Restritas Não Plenamente Adquiridas, o Participante perderá o direito às Ações Restritas Não Plenamente Adquiridas.

Conforme as Ações Restritas Não Plenamente Adquiridas atinjam as condições para aquisição plena de seus direitos, conforme descrito no item 9 abaixo, o Participante terá a parcela correspondente de Ações Restritas desbloqueada para livre negociação.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) – válido até 2017:

Conforme mencionado acima, o Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, alterar ou extinguir o Plano.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária da Companhia, na qual a Companhia não seja sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção

concedida será extinta, a não ser que, em conexão com a operação, (i) o Conselho de Administração ou Comitê aprovem a antecipação do prazo de exercício das opções concedidas nos termos dos programas vigentes ou (ii) seja estabelecida, por escrito, a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com substituição destas opções por novas da companhia sobrevivente.

Na hipótese de Aquisição do Controle da Companhia, todas as ações ainda não plenamente adquiridas deverão ser transferidas imediatamente aos participantes do programa.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

Compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Plano.

O Conselho de Administração tem competência para proceder às adaptações e inclusões necessárias em cada Programa, devendo ser submetidas à Assembleia Geral apenas as alterações conceituais do Plano, desde que propostas pelo Comitê e aprovadas previamente pelo Conselho de Administração, sendo que qualquer alteração de Programa ou Plano, uma vez aprovada, somente poderá atingir as Ações Restritas a serem outorgadas.

Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) – válido até 2017:

No caso da destituição ou término do contrato do beneficiário por razão que configuraria justa causa ou no caso de demissão por justa causa, conforme a legislação trabalhista, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido os prazos de carência.

Na hipótese de destituição ou demissão do beneficiário sem justa causa, bem como renúncia, desligamento voluntário ou aposentadoria, serão observados os seguintes critérios: a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido, caducarão sem indenização; b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de noventa dias a contar do evento que originar o término do mandato ou até o prazo para o exercício da opção se restar prazo inferior a 90 dias.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, as opções poderão ser exercidas observadas as seguintes disposições: a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido, terão tais prazos antecipados para que possam ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores; b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas por um período de cento e oitenta dias a contar da data do óbito ou invalidez; c) a opção poderá ser exercida no todo ou em parte, com pagamento à vista, partilhando-se entre os herdeiros ou sucessores o direito às ações, na forma de disposições testamentárias ou conforme estabelecido no inventário respectivo.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

Se, a qualquer tempo durante a vigência deste do Contrato de Outorga, o Participante desligar-se da Companhia e/ou Contratada por:

- (i) invalidez permanente ou falecimento, os prazos de carência serão antecipados e a Companhia transferirá para o nome do Participante a totalidade das Ações Restritas que haviam sido outorgadas;
- (ii) aposentadoria nos termos do Programa de Pré Aposentadoria (PPA), os prazos de carência serão mantidos;
- (iii) demissão pela Companhia sem justa causa ou sem violação dos deveres e atribuições de administrador segundo o exclusivo juízo da COMPANHIA, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;
- (iv) demissão pela Companhia com justa causa ou com violação dos deveres e atribuições de administrador segundo o exclusivo juízo da Companhia, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;
- (v) pedido de demissão, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o Exercício Social corrente (2018) – Valores Anuais		
	Conselho de Administração e Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,33	5
Nº de membros remunerados	0	5
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	22,65
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	22,65
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,10%

Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 31/12/2017 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração e Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10	5
Nº de membros remunerados	0	5
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 14,29

(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 22,67
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,40%

Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 31/12/2016 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração e Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,33	5,17
Nº de membros remunerados	0	4
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do Exercício Social	N/A	R\$ 22,32
(b) Das opções perdidas durante o Exercício Social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o Exercício Social	N/A	R\$ 22,33
(d) Das opções expiradas durante o Exercício Social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,46%

Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 31/12/2015 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração e Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	6
Nº de membros remunerados	0	6
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do Exercício Social	N/A	R\$ 20,23
(b) Das opções perdidas durante o Exercício Social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o Exercício Social	N/A	R\$ 20,36
(d) Das opções expiradas durante o Exercício Social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,50%

⁽¹⁾ O preço de exercício das opções de compra de ações será definido na data de outorga, correspondente ao preço médio de nossas ações nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de outorga, ao qual

foi aplicado um desconto de 10%. O preço de exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Informações individuais por outorga reconhecida no Exercício Social corrente e no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais

Outorga de opções de compras de ações realizada em 07/04/2008		
	Conselho de Administração e Fiscal	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	N/A	07/04/2008
Quantidade de opções outorgadas	N/A	150.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	de 1 a 5 anos a partir de 07/04/2009
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos (07/04/2015)
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	No máximo 1 ano
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	10

(1) Nenhum executivo da Diretoria recebeu opções no plano de 07/04/2008.

Outorga de opções de compras de ações realizada em 14/07/2008		
	Conselho de Administração e Fiscal	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	N/A	14/07/2008
Quantidade de opções outorgadas	N/A	- (1)
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	de 1 a 5 anos a partir de 14/07/2009
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos (14/07/2015)
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	No máximo 1 ano
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	6,49

Outorga de opções de compras de ações realizada em 31/03/2012		
	Conselho de Administração e Fiscal	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	N/A	31/03/2012
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.532.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	de 1 a 5 anos a partir de 31/03/2013
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	31/03/2019

Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	No máximo 1 ano
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	18,38

13.6. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do Exercício Social encerrado em 31/12/2017		
	Conselho de Administração e Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10	5
Nº de membros remunerados	0	5
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	31/03/2017
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	2 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há
Preço médio ponderado de exercício	N/A	22,65
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	39,39
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	184.000
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	31/03/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há
Preço médio ponderado de exercício	N/A	22,65
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	39,39
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	39,39

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31/12/2017			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	7	5	3
Nº de membros remunerados	0	5	0
Opções Exercidas			
Número de ações	-	523.000	-
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	-	22,67	-

Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$ mil)	-	12,57	-
Ações entregues			
Número de ações entregues	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (R\$ mil)	-	-	-

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31/12/2016			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	7,33	5,17	3
Nº de membros remunerados	0	4	0
Opções Exercidas			
Número de ações	-	377.000	-
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	-	22,33	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$ mil)	-	7,62	-
Ações entregues			
Número de ações entregues	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (R\$ mil)	-	-	-

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31/12/2015			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8	6	3
Nº de membros remunerados	0	6	0
Opções Exercidas			
Número de ações	-	258.400	-
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	-	20,36	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$ mil)	-	-	-
Ações entregues			
Número de ações entregues	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	-	-

Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (R\$ mil)	-	-	-
--	---	---	---

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") – válido até 2017:

O modelo de precificação leva em consideração o prazo de maturidade e utiliza o método "Black-Scholes".

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas") – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

O modelo de precificação será determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa Anual.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") – válido até 2017:

PREÇO DO ATIVO: Preço do ativo-base é o preço da ação, referente à opção na data do referido cálculo, ou seja, na data de cada outorga. A seguir o preço de fechamento da ação (ativo-base) (IGTA3) nas diferentes datas de outorga (para diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal) de acordo com a cotação na bolsa de valores.

- 07/04/2008 – R\$ 24,99
- 14/07/2008 – R\$ 19,99
- 31/03/2012 – R\$ 42,00

PRAZO DE EXERCÍCIO: O prazo de exercício foi determinado pela Administração da Companhia como sendo o primeiro dia útil consecutivo ao término do período de carência, ou seja, 12 meses após a outorga. Alternativamente, foi calculado também, exclusivamente para o modelo Black and Scholes, o valor justo da opção caso esta fosse totalmente exercida na data final do Plano de Opção de Compra de Ações, ou seja, após 7 (sete) anos. Para ambos os cálculos, foi considerado o número de dias úteis no período de análise.

PREÇO DE EXERCÍCIO: O preço de exercício das opções de compra de ações será definido na data de outorga, correspondente ao preço médio de nossas ações nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de outorga, ao qual foi aplicado um desconto de 10%. O preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

VOLATILIDADE: A volatilidade esperada em cada outorga foi a seguinte:

- 07/04/2008 – 28,9%
- 14/07/2008 – 30,6%

- 31/03/2012 – 36,7%

RELAÇÃO ENTRE O DIVIDENDO PAGO POR AÇÃO E O PREÇO POR AÇÃO (*DIVIDEND YIELD*): Foi realizado cálculo do valor justo considerando dividend yield de 2% e de 5%. Esses valores foram adotados considerando os valores de dividend yield observados nos períodos posteriores à outorga.

TAXA DE RETORNO LIVRE DE RISCO: Consideramos como taxa livre de risco a NTN-B (Nota do tesouro nacional) disponível na data do cálculo e com vencimento equivalente a data da opção. As taxas livres de risco para cada uma das outorgas foi:

- 07/04/2008 – 7,6%
- 14/07/2008 – 8,2%
- 31/03/2012 – 4,8%

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

O modelo de precificação, bem como seus dados e premissas, serão determinados pelo Conselho de Administração em cada Programa Anual.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) – válido até 2017:

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação “Black-Scholes”. Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. Foram assumidas as seguintes premissas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Data da outorga dos Planos	Preço da ação	Preço de exercício das opções nas data de outorga	Volatilidade esperada	Taxa livre de risco	Valor justo
07/04/2008	25,25	25,80	28,90%	7,60%	10,00
14/07/2008	19,99	25,80	30,60%	8,20%	6,49
31/03/2012	42,00	36,00	36,68%	4,75%	18,38

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

O modelo de precificação, bem como seus métodos e premissas assumidos para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado, serão determinados pelo Conselho de Administração em cada Programa Anual.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) – válido até 2017:

A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base numa ponderação entre:

1. A volatilidade histórica, no período entre a data de oferta pública inicial e a data da outorga, da ação do Grupo Iguatemi; e
2. A volatilidade histórica, num período de 4 anos anteriores à data da outorga, de um painel de empresas internacionais com características similares ao Grupo Iguatemi.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

O modelo de precificação, bem como a forma de determinação da volatilidade esperada, serão determinados pelo Conselho de Administração em cada Programa Anual.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) – válido até 2017:

Não há outras características das opções incorporadas na mensuração de seu valor.

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) – válido a partir de 2018, uma vez aprovado em AGE (28/03/2018):

Não há outras características das opções incorporadas na mensuração de seu valor.

13.9. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Órgão	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.		
	Ações Ordinárias		
	Diretamente	Indiretamente	Total
Conselho de Administração ⁽¹⁾	260.906	89.642.770	89.903.676
Diretoria	182	0	182
Conselho Fiscal	0	0	0

⁽¹⁾ A Companhia esclarece que os valores informados contemplam as ações de titularidade de seu Acionista Controlador.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não existem planos de previdência para os membros do Conselho de Administração nem para os membros Conselheiros Fiscais. A tabela contém as informações para a Diretoria Estatutária:

Planos de previdência conferidos no exercício social encerrado em 31/12/2017	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Nome do Plano	Itaú Vida e Previdência S.A.

Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R\$)	1.520.338,31
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R\$)	186.058,56
Possibilidade de resgate antecipado e quais condições	Não há.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A eficácia do presente item 13.11 encontra-se suspensa em relação aos associados do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro ("IBEF-RJ"), e, por consequência, às sociedades às quais estejam associados, em razão de liminar deferida pela 5ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no âmbito da Ação Ordinária no. 2010.5101002888-5 ajuizada pelo IBEF.

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia).

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Conselho de Administração: 0%

Conselho Fiscal: 0%

No caso da Diretoria, apenas um membro, o Sr. Carlos Jereissati é parte relacionada, e incluir o percentual seria abrir a remuneração do mesmo. Por isso, como não divulgamos a maior remuneração individual, baseada na liminar do IBEF-RJ descrita no item acima, não divulgaremos o percentual da remuneração do mesmo.

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nestas empresas. Abaixo, seguem as informações consolidadas dos 3 (três) últimos Exercícios Sociais, consolidadas por tipo de órgão e sociedade:

Exercício social encerrado em 31.12.2017 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	4.795.852,99	-	1.224.042,70	6.019.895,69
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	1.250.028,00	-	426.991,36	1.677.019,36

Exercício Social encerrado em 31.12.2016 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	3.321.086,36	-	849.402,06	4.170.488,42
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	911.021,00	-	295.335,30	1.206.356,30

Exercício Social encerrado em 31.12.2015 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	2.864.594,31	-	-	2.864.594,31
Controladas da Companhia	-	-	-	0
Sociedades sob controle comum	5.806.940,40	-	-	5.806.940,40

13.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO 6 – Modelo de Boletim de Voto a Distância

Assembleia pendente de aprovação

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A de 19/04/2018

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481. Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral: <ul style="list-style-type: none">- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e- não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante Boletim deverá ser recebido no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 13/04/2018 (inclusive), por meio de uma das seguintes opções: (i) mediante envio do Boletim preenchido e assinado diretamente à Companhia; (ii) mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia de acordo com os procedimentos por eles adotados; ou (iii) mediante o envio ao Itaú Corretora de Valores S.A., escriturador das ações, por meio do site: http://www.italu.com.br/securitieservices/assembleiadigital , para tanto o acionista deverá realizar um cadastro no site e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site. Outros esclarecimentos, acessar o Manual para participação na Assembleia Geral Ordinária de 19/04/2018, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.iguatemi.com.br); no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Em caso de dúvidas, favor enviar e-mail para ri@iguatemi.com.br .
Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.: Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar, CEP: 01455-070, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Endereço eletrônico: ri@iguatemi.com.br , devendo a via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos até o dia 20/04/2017, para a Rua Angelina Maffei Vita, 200, 9º andar, Centro, CEP: 01455-070, São Paulo/SP – Brasil.
Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar – São Paulo CEP 04538-132 Telefone Atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das contas da diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

3. Definição do número de 6 (seis) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, com base nos limites previstos no Estatuto Social.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

4. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho de administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976?

Aprovar Rejeitar Abster-se

Eleição do conselho de administração por candidato - Limite de vagas a serem preenchidas: 6

5. Indicação de candidatos ao conselho de administração (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral)

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati

Aprovar Rejeitar Abster-se

Carlos Jereissati

Aprovar Rejeitar Abster-se

Pedro Jereissati

Aprovar Rejeitar Abster-se

Sidnei Nunes

Aprovar Rejeitar Abster-se

José Castro Araujo Rudge

Aprovar Rejeitar Abster-se

Pedro Santos Ripper

Aprovar Rejeitar Abster-se

6. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos candidatos que você escolheu?

7. Visualização de todos os candidatos para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati %

Carlos Jereissati %

Pedro Jereissati %

Sidnei Nunes %

José Castro Araujo Rudge %

Pedro Santos Ripper %

Deliberação Simples

8. Caso tenha deixado as deliberações 5, 6 e 7 em branco e seja titular ininterruptamente das ações com as quais votam durante os 3 (três) meses imediatamente anteriores à realização da assembleia, deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei das S.A.? Caso opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento da eleição em separado de membro do Conselho de Administração.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

9. Aprovação da proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração de R\$ 1.248.480,00 e da Diretoria Estatutária de R\$ 22.864.461,94.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

10. Instalação do Conselho Fiscal.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

11. Destinação do lucro líquido do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Destinação do lucro líquido do Exercício social encerrado em 31/12/2017, no valor de R\$ 215.726.026,52, da seguinte forma:

(i) Montante total de dividendos a ser distribuído: R\$ 120.000.000,00 (considerado o total de ações da companhia), ou R\$ 0,67945715 por ação*, a serem pagos da seguinte forma: (a) 50% no dia 18 de maio de 2018; e (b) 50% no dia 18 de setembro de 2018;

(ii) Montante total para constituição da reserva legal: R\$ 10.786.301,33;

(iii) Montante total de retenção de lucros no valor de R\$ 84.939.725,19.

* Trata-se do cálculo básico de dividendos por ação (divisão do provento do período, atribuído aos detentores de ações da controladora, pela quantidade de ações emitidas pela Companhia). O valor por ação dos dividendos poderá sofrer alteração dependendo do número de ações em tesouraria na data da declaração de pagamento dos dividendos (19 de abril de 2018).

Aprovar Rejeitar Abster-se

Cidade : _____

Data : _____

Assinatura : _____

Nome do Acionista : _____

E-mail : _____